

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS

Processo Administrativo Nº 2026/0119-001-SESMAB

Edital destinado a AMPLA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS.

MODO DE DISPUTA ABERTO

1. PREAMBULO:

1.1 Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE ABAETETUBA**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 12.282.048/0001-19**, sediado na Barão do Rio Branco - 1232- Centro- Cep: 68440-000 – Abaetetuba/PA, por meio do PREGOEIRO designado pela Portaria nº 102/2025-GP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de coleta externa, transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos infectantes, resíduos perigosos e resíduos químicos gerados pela rede pública hospitalar e ambulatorial e demais unidades acopladas a Rede Municipal de Saúde de Abaetetuba/PA., nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Federal nº 11.246/2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, Decreto Municipal nº 202/2024, de 22 de Janeiro de 2024, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, no que couber, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1.2. Data da sessão: 20 de fevereiro de 2026.

1.3. Horário: 09:00 (horário de Brasília/DF).

1.4. Local: www.licitanet.com.br

1.5. Pregoeiro: ANTONIO DIAMANTINO NOGUEIRA

1.6. Início da Disputa do pregão eletrônico: 20/02/2026 às 09:00 (horário de Brasília/DF).

2. DO OBJETO:

2.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES, RESÍDUOS PERIGOSOS E RESÍDUOS QUÍMICOS GERADOS PELA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL E DEMAIS UNIDADES ACOPLADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA/PA.

2.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão distribuídos conforme discriminado no **Anexo I** – e Termo de Referência.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço – lote único, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, sua perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;
- 4.2.1. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 4.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;
- 4.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1. **Poderão participar deste Pregão** os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;
- 5.1.1. A Sessão deste PREGÃO ELETRÔNICO será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo;
- 5.1.2. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo SISTEMA LICITANET, em conformidade ao item 4 do edital - (DO CREDENCIAMENTO).
- 5.2. As empresas definidas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, terão o tratamento diferenciado, de acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 5.2.1. Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com exclusividade do objeto, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.;
- 5.2.2. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá selecionar a opção na plataforma eletrônica do licitanet, antes do envio da proposta, e no momento da Habilitação comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados neste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

5.2.3. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 21, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.2.4. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

5.2.4.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverá assinalar no respectivo campo da Plataforma do licitane, no momento do credenciamento;

5.2.4.2. Será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.2.4.3. O tratamento favorecido especificado no subitem 5.2.4.2, somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição;

5.2.4.4. O motivo da irregularidade fiscal pendente deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização;

5.2.4.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 5.2.4.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

5.2.4.6. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. Aqueles que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalvados os que tenham plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz e possam apresentar habilitação;

5.3.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.5. Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição:

5.3.5.1. Da justificativa para a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Administração poderá adotar ou não consórcios na licitação, esta admissibilidade depende da característica da licitação, devendo ser observado a complexidade do objetivo, seja no âmbito financeiro ou no âmbito da magnitude da licitação. Porém, é notório que licitação em questão possui um objeto simples e muito comum, bem como um orçamento relativamente baixo, por este motivo houve a supressão desta possibilidade.

b) Ainda nesta esteira é importante destacar que as doutrinas e jurisprudências pátrias são unânimes em reconhecer que a permissão/autorização de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Acórdão 1636/2007 – TCU - Plenário, Acórdão 566/2006 – TCU – Plenário.

c) Face ao exposto, por tratar-se de uma aquisição de pouca complexidade e quantitativo baixo, esta Administração entendeu que não há necessidade de permitir a participação de empresas reunidas em consórcios.

5.3.6. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, produtos/serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.3.6.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

5.3.6.2. Aquele que de forma isolada ou em consórcio, for responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, produtos/serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.3.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

5.3.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.3.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3.10.1. A vedação estabelecida no item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

5.3.11. Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

5.3.11.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.3.11.2. O impedimento de que trata o item 5.3.11.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

5.3.14. Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame;

5.3.15. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelos licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

5.3.16. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite Estabelecidos;

5.3.17. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

5.3.18. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

5.3.19. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet, em atenção ao item 04 deste edital;

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E LANCES

6.1. Os prazos mínimos para apresentação de propostas no sistema, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de 10 (dez) dias úteis, de acordo com o art. 55, II, “a” da Lei 14.133/21.;
6.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), e até a data e hora limite estabelecidas no referido sistema eletrônico, respeitando o prazo mínimo disposto no subitem anterior, os licitantes deverão cadastrar sua proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, no campo disponível no sistema.

6.2.1. A licitante deverá anexar a via da proposta de preços inicial em papel timbrado do licitante, registrada com assinatura manuscrita ou digital padrão ICP-Brasil do representante legal da licitante, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, conjuntamente e no momento da solicitação da proposta final readequada, de todos os itens que participar, sob pena de não aceitação da proposta;

6.3. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação;

6.4. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas;

6.5. O acesso ao sistema ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.6. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

6.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, da inércia da licitante ou de sua desconexão;

6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10. As informações referentes as empresas que compõem as propostas dos licitantes melhores classificados, somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e aceitação pelo pregoeiro no sistema.

6.11. A proposta de preços deverá ser apresentada:

6.11.1. Em PDF, cabeçalho timbrado da licitante em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza sem entrelinhas;

6.11.2. Datada, assinada e pelo representante legal da licitante proponente, com assinatura manuscrita ou assinatura digital;

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1. O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

7.1.1 Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto/serviço, precisa, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: e anexo I do edital, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, quando for o caso;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços para todos os itens que participar, conforme anexo deste Edital;

7.3.1. Juntamente ao cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.3.1.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.3.1.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.3.1.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.1.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1.6. A licitante poderá anexar conjuntamente a sua proposta inicial, referente ao item 6 do edital, as declarações mencionadas, caso o sistema não disponha de campo próprio para gerar as declarações.

7.3.1.7. Na proposta cadastrada no sistema, deverá ser mantida a impessoalidade, a identificação da empresa, ocasionará a recusa pelo pregoeiro.

7.3.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

7.3.3. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3.1 e 7.3.2, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.4.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

7.4.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais necessários, uso de equipamentos de proteção, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios - TCM e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

7.11.1. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou

7.11.2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas cadastradas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações e condições exigidas no Termo de Referência.

8.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado, ou que não atenda a solicitação do Pregoeiro quando solicitado documentos no sistema, o mesmo obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então desclassificará (recusará a proposta);

8.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

8.5. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

8.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, <https://licitanet.com.br/>, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um) centavo**.
- 8.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.10.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:
- 8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;
- 8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, segundo a ordem crescente de valores;
- 8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;
- 8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;
- 8.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14. Ao final da etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 8.14.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;
- 8.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 8.14.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;
- 8.15. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I e no TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;
- 8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- 8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.18. Sendo efetuado lance comprovadamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 8.19. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 8.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 8.21. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 8.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.
- 8.23. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.24. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, de sua inércia ou de sua desconexão;
- 8.25. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 8.26. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.27. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.28. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.29. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.30. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.31. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.31.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.31.1.1. O prazo da disputa final será de 15 minutos, podendo ser reaberto a critério do Pregoeiro, quando não houver proposta de desempate.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- 8.31.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.31.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.31.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.31.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e produtos/serviços produzidos ou prestados por:
- 8.31.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.31.5.2. Empresas brasileiras;
- 8.31.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.31.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.32. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas ou os lances empatados.
- 8.33. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.34. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada (PROPOSTA FINAL READEQUADA/CONSOLIDADA) ao último lance ofertado após a negociação realizada. A proposta deverá ir acompanhada da planilha de custos e formação de preços.

9. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992;
- 9.1.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 9.1.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);
- 9.1.7. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);
- 9.1.8. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;
- 9.1.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

9.1.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

9.2.1. conter vícios insanáveis (item I – Art. 59, Lei 14.133);

9.2.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital (item II – Art. 59, Lei 14.133);

9.2.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (item III – Art. 59, Lei 14.133);

9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração (item IV – Art. 59, Lei 14.133);

9.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável (item V – Art. 59, Lei 14.133);

9.2.5.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (§ 1º item V, Art. 59, Lei 14.133).

9.2.5.1. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 9.2.4 e inciso IV do Art. 59 da 14.133 (§ 2º item V, Art. 59, Lei 14.133).

9.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (Art. 34 da IN SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022).

9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove (Art. 34, §1º da IN SEGES/ME Nº 73):

9.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta (Art. 34, §1º, item I - da IN SEGES/ME Nº 73); e

9.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta (Art. 34, §1º, item II - da IN SEGES/ME Nº 73).

9.3.1.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro na realização da diligência, destacam-se os que contenham informações e características dos serviços e material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, atas de registro de preços, contratos, encaminhados via sistema licitnet, demonstrando a exequibilidade da proposta, sendo que o prazo para o licitante responder ao diligenciamento mencionado relativo à complementação da planilha de custos e formação de preços referente a proposta, será de 02 (duas) horas, podendo ser prorrogado por até mais 02 (duas) horas se solicitado pela interessada e aceito pelo Pregoeiro.

9.3.1.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita para aceitação ou não pelo Pregoeiro.

9.4. A análise da proposta final readequada será realizada com o auxílio da proposta inicial e planilha de custos e formação de preços, que tem por finalidade demonstrar a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com os custos e despesas necessários à completa execução do objeto contratual, a referida planilha deverá ser providenciada pelo licitante para todos os itens vencidos e apresentada conjuntamente por ocasião da solicitação da proposta final readequada, sobre pena de não aceitação da proposta;

9.5. A planilha de composição de custos justificasse pela necessidade de alcançar os resultados pretendidos, constante no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, assim demonstrando que a proposta ofertada foi elaborada com responsabilidade e compromisso, garantindo a completa execução da proposta;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

9.6. O licitante deverá apresentar na planilha de custos e formação de preços, modelo em anexo, com as seguintes informações mínimas, sobre pena de não aceitação da proposta, dependendo do porte da empresa e seu regime de tributação: Preço de custo, valor de cada imposto (materiais e insumos, mão de obra, despesa com descolamento, custos indiretos, impostos e taxas);

9.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, nem inclua novo documento, nova informação;

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto;

9.12. Com relação a exigências das amostras, não será solicitado nesse processo;

9.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro exigirá a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

9.17.1. Serão analisados apenas os documentos enviados após a solicitação do pregoeiro.

10 DA HABILITAÇÃO

10.1. O licitante vencedor deverá cadastrar a documentação através da plataforma eletrônica no prazo máximo de até 02 (duas) horas contadas da solicitação do(a) pregoeiro (a).

10.1.1. Não serão analisados documentos enviados antes da solicitação específica do pregoeiro.

10.1.2. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

10.2. Habilitação jurídica:

10.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

10.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

10.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3 Regularidade fiscal e trabalhista:

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

10.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

10.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.

10.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.

10.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

10.4 Qualificação Econômico-Financeira:

10.4.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 90 (noventa) dias da abertura do certame, se outro prazo não constar no(s) documento(s).

10.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente, registrado na junta comercial, que comprove a real situação financeira da empresa, devendo conter a assinatura dos sócios e do contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios. Para fins deste Edital, os valores constantes no balanço patrimonial poderão ser corrigidos por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Na hipótese de atualização ou aumento do patrimônio líquido, o licitante terá

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

que, obrigatoriamente, apresentar documentação que o altere, devidamente registrada e arquivada na junta comercial;

10.4.2.1. Os documentos referidos no inciso subitem 10.4.2., limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2.2. As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar o termo de autenticação e balanço, bem como termo de abertura e encerramento.

10.4.2.3. Na hipótese de pessoas jurídicas não sujeitas ao registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial (como é o caso de entidades sem fins lucrativos e Sociedades Simples - SS), o balanço patrimonial e demonstrações contábeis deverão ser registrados ou autenticados no Cartório Civil da sede ou domicílio da licitante.

10.4.3. A real situação financeira do proponente poderá ser verificada com base nos Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência e Endividamento, demonstrados por memória de cálculo, através da apresentação dos cálculos abaixo, por profissional competente:

10.4.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- Índice de Liquidez Geral (ILG) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} = 1,0$$

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} = 1,0$$

- Índice de Solvência Geral (ISG) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT +}{PC + PNC} = 1,00$$

- Índice de Endividamento Geral (IEG) não superior a 1,00 (cinquenta centésimos), obtido pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + PELP}{AT} = 1,00$$

Onde:

AC-Ativo Circulante

RLP-Realizável a Longo Prazo

PC-Passivo Circulante

PNC- Passivo Não Circulante

ELP-Exigível a Longo Prazo

PELP- Passivo Exigível a Longo Prazo

AT- Ativo Total

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- 10.4.5. Apresentar declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital (§ 1º do Art. 69, da Lei 14.133);
- 10.4.6. Apresentar relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados vigentes, detalhadamente (§ 3º do Art. 69, da Lei 14.133), composto total, menos o executado e o saldo a executar.
- 10.4.7. Os Balanços deverão conter as assinaturas do(s) representante(s) legal(is) e do contador responsável da Proponente, devidamente registrados na Junta Comercial, bem como, os termos de abertura e de encerramento do livro Diário, também registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro;
- 10.4.8. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive os termos de abertura e encerramento, e demonstrações contábeis consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativo ao período de sua existência;
- 10.4.9. Para sociedade anônima, cópia autenticada da publicação do balanço patrimonial em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede da licitante;
- 10.4.10. apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração

10.5 Qualificação Técnica:

- 10.5.1. O licitante deverá apresentar declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 10.5.2. Apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel que identifique o(s) mesmo(s), assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome e cargo, que comprove que a empresa licitante forneceu/ou fornece itens em quantidades e características ao objeto desta licitação. Não serão considerados atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, entendendo-se estas como aquelas que sejam controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que possa ao menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio desta. E também não serão admitidos atestados emitidos pelo próprio licitante em seu nome;
- 10.5.3. O quantitativo deverá ser de pelo menos 50% (cinquenta por cento) “da aquisição pretendida”, ou seja, esse quantitativo deve se referir ao “somatório” de TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ARREMATAR, desde que sejam pertinentes e compatíveis com o solicitado conforme artigo 67, § 2º da Lei 14.133/21;
- 10.5.4. Em não constando todas as informações no atestado, é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência editalícia;
- 10.5.5. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em vigor, em nome da licitante, ou documento público que certifique/declare que a licitante é isenta nos termos da normatização de seu respectivo Estado.
- 10.5.6. Licença e autorização ambiental para a disposição final dos resíduos tratados dentro do prazo de validade;
- 10.5.7. Apresentação de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA de acordo com a Lei nº 6.938/81 e Instrução Normativa do IBAMA nº 6/2013;
- 10.5.8. Licença de Operação Ambiental (Municipal e/ou Estadual);
- 10.5.9. Registro ou inscrição na entidade profissional competente: Certificado do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), comprovando a inscrição do Engenheiro Responsável Técnico da empresa, Pessoa Física;
- 10.5.10. Registro da Empresa junto ao CREA, Pessoa Jurídica;
- 10.5.11. Comprovação do vínculo do Responsável Técnico;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- 10.5.12. Comprovação de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP);
- 10.5.13. Licença de Operação para Incineração de Substâncias e Produtos Perigosos;
- 10.5.14. Licença de Operação para Transporte de Resíduos de Serviço de Saúde;
- 10.5.15. Alvará de Polícia Civil (coleta, transporte e destruição de produtos controlados)
- 10.5.16. Certificado de Registro do Exército (transporte e destruição de produtos controlados),
- 10.5.17. Certificado de Licença de Funcionamento da Polícia Federal (transporte de produtos controlados)
- 10.5.18. Apólice de Seguro Ambiental
- 10.5.19. O Pregoeiro poderá solicitar a qualquer momento outros documentos que comprovem o atestado de capacidade técnica, a não apresentação dos documentos solicitados, ocasionará na recusa da proposta na fase de aceitabilidade.

DECLARAÇÕES:

- 10.5.20. Declaração que entre os Sócios e Gerentes não há nenhum servidor da Administração Municipal e que nem tenha sido nos últimos 180 dias assinada pelo representante legal da empresa;
- 10.5.21. Declaração de ciência do local de execução dos serviços;

10.6 Da análise:

- 10.6.1 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:
- 10.6.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- 10.6.3. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência vinculam a Contratada.
- 11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 11.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 11.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 11.8. A proposta inicial deverá ser encaminhada conjuntamente a proposta final com planilha de custos e formação de preços, não sendo considerada aquela que não esteja em conformidade ao estabelecido no instrumento convocatório.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de dez minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 12.2. O Pregoeiro receberá a intenção de recurso e informará o prazo final para apresentar a suas razões, sendo esse prazo de 03 (três) dias úteis.
- 12.3. A licitante que apresentou sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 12.4. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "julgamento das propostas" e "ato de habilitação ou inhabilitação de licitante" do inciso, serão observadas as seguintes disposições:
- 12.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no subitem 12.2 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;
- 12.4.2. A apreciação dar-se-á em fase única.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo das razões do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 12.7. Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
- 11.8. Na hipótese de haver recurso contra decisão em um determinado item ou lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.
- 12.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame.
- 12.10. A decisão será disponibilizada por meio do Sistema licitanet, para acesso a todos os participantes.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 13.1.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 13.1.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 13.1.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 14.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que pelas características do objeto da contratação o risco de inexecução e/ou inadimplemento é extremamente baixo.

16. DO TERMO DE CONTRATO

- 16.1. A contratação com os fornecedores homologados pelo órgão ou pela entidade interessada será por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. Os contratos poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por interesse das partes, até o limite de 5 (cinco) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente.
- 16.4. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.6. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 16.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. DA REVISÃO DE PREÇOS

- 17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.
- 17.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.
- 17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será registrado por apostilamento.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Prazos e condições de fornecimento do objeto:

18.1.1. Após a Ordem de Serviço e Nota de Empenho ter sido recebida pela Contratada, os serviços quando solicitados pelo órgão solicitante, deverão ser prestados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação dos serviços, salvo em condições emergenciais nas quais deverão ser realizados de imediato, dentro do horário de expediente, entre 08h e 12h, e 14h e 18h, obedecendo as especificações exigidas neste documento;

18.1.2. O objeto será solicitado de forma parcelada conforme a necessidade do órgão solicitante, mediante a emissão de requisição/solicitação e da nota de empenho devidamente assinada, com a identificação do respectivo servidor público municipal competente, indicado pelo gestor da pasta;

18.1.3. A contratada deverá apresentar relatório dos serviços, juntamente com as Notas fiscais correspondentes, informando, discriminadamente: Locais, datas do início e término dos serviços prestados, a fim de possibilitar o atesto pela Secretaria;

18.1.4. Para o seu recebimento, o agente fiscal verificará a qualidade e especificação dos serviços executados em consonância com a proposta ofertada, realizará a conferência do documento fiscal e atestará o recebimento em seu verso;

18.1.5. Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo;

18.1.6. O serviço deverá ser previamente agendado junto ao órgão solicitante ou servidor por ela designado, ficando todos os encargos referentes ao deslocamento e transporte sob a responsabilidade da contratada;

18.1.7. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente de boa qualidade, bem como determinar a substituição do serviço/produto eventualmente fora de especificação.

18.1.8. Demais exigências contidas no ETP e TR.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante serão as estabelecidas na minuta do contrato, as obrigações da Contratada serão as estabelecidas na minuta do contrato.

19.2. Sustentabilidade:

19.2.1. A Contratada deverá garantir a segurança adequada dos resíduos de serviços de saúde (RSS), conforme classificação da RDC ANVISA nº 222/2018, utilizando recipientes específicos, devidamente identificados e em conformidade com as normas de biossegurança;

19.2.2. O transporte dos resíduos deverá ser realizado em veículos licenciados, que atendam às exigências ambientais e sanitárias, buscando sempre a eficiência energética, a redução de emissões de atmosféricas e a otimização de rotas para economia de combustível;

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

19.2.3. Os resíduos deverão ser encaminhados para unidades de tratamento licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, priorizando tecnologias de menor impacto ambiental, como autoclavagem, em detrimento da incineração, sempre que tecnicamente viável;

19.2.4. A destinação final dos resíduos tratados deverá ocorrer em aterros devidamente licenciados, evitando a contaminação do solo, da água e do ar, em conformidade com a legislação vigente.

20. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta dias), a contar da liquidação da despesa, nos termos do inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

20.1.1. A Contratada deverá apresentar nota fiscal em até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contagem do prazo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, conforme prevê o inciso I do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

20.1.2. A Administração Municipal reserva-se o direito de recusar a liquidação da nota fiscal se, no ato da atestação, o objeto fornecido não estiver em perfeitas condições de consumo, quando for o caso, ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

20.3. O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

20.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a resolução da causa ensejadora do impedimento;

20.5. Nenhum pagamento será efetuado a Empresa Contratada se a mesma não estiver em dia com suas regularidades fiscal e trabalhista.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22. DAS PENALIDADES

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

22.1. A empresa que se recusar a executar o fornecimento do objeto contratual, ou realizá-los em discordância com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, motivará a rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas nos artigos 156 ao 163 da Lei 14.133/21, cabendo defesa prévia, recurso e vistas do processo, nos termos da mesma lei.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

23.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.1.2. Os pedidos deverão ser encaminhados, exclusivamente via plataforma eletrônica do <https://licitanet.com.br/processos.html>, sendo direcionado ao pregoeiro, a quem caberá responder e divulgar sua resposta no mesmo sistema até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.1.3. O pregoeiro não está obrigado a receber Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos apresentados fora do prazo.

23.1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.2. Em impugnações e pedidos de esclarecimentos, é facultado o pregoeiro solicitar manifestações de profissionais ou áreas técnicas do órgão demandante, com conhecimento sobre o objeto licitado, ou ainda, aos setores contábil e financeiro do próprio do Órgão licitante ou entidade promotora da licitação.

23.2.1. Também é facultado solicitar análise das impugnações e pedidos de esclarecimentos à Assessoria Jurídica.

23.3. Se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação de propostas.

23.4. Se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação de propostas.

23.5. Decairá o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do PREGÃO ELETRÔNICO, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do contratado farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

24.2. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de novo documento.

24.3. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

24.4. A autoridade competente ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa:

24.4.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

24.4.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

24.5. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta ao Órgão, que não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da licitação.

24.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para outro dia e hora e novamente publicados na Imprensa Oficial.

24.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

24.9. O aviso sobre este Edital, bem como eventuais retificações e publicações posteriores, serão publicadas no Diário Oficial do Estado (ioepa), Jornal de grande circulação, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como disponibilizado, no Portal do licitanet: <https://licitanet.com.br/processos.html>.

24.10. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

24.11. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

24.12. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observado e informado no aviso e no Edital o horário local do órgão promotor da licitação (Município de Abaetetuba/PA) e o horário de Brasília.

24.13. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

24.14. São partes integrantes deste Edital:

24.14.1. ANEXO I – Relação de lote/itens;

24.14.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

24.14.3. ANEXO III – Termo de Referência;

24.14.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;

24.14.5. ANEXO V – Minuta da ARP

24.14.6. ANEXO VI – Minuta Contrato

24.14.7. ANEXO VII – Modelo geral de Declarações

24.14.8. ANEXO VIII – Modelo planilha de custos e formação de preços

Abaetetuba/PA, 02 de fevereiro de 2026.

Raimunda Rosa Rodrigues Carvalho
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 002/2025 – GP

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO – RELAÇÃO DO LOTE ÚNICO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES, RESÍDUOS PERIGOSOS E RESÍDUOS QUÍMICOS GERADOS PELA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL E DEMAIS UNIDADES ACOPLADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA/PA.

Licitação destinada a AMPLA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MÁXIMO ACEITÁVEL	
				V. UNIT	V. TOTAL
001	<p>COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE, DA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. A EMPRESA DEVERÁ PRESTAR O SERVIÇO DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES (GRUPO A1, A4 e E) E RESÍDUOS PERIGOSOS (GRUPO B) E QUÍMICOS. CONTENPLANDO O FORNECIMENTO EM COMODATO DE RECIPIENTES ADEQUADOS PARA ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS, A SEREM SUBSTITUÍDOS EM CADA COLETA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.</p> <p>COMPLEMENTO: DESCRIÇÃO DOS RECIPIENTES:</p> <ul style="list-style-type: none">- Contêineres plásticos de polietileno (PEAD) ou Polipropileno (PP), com rodas de borracha e tampas, com capacidade de 1.000 litros.- Bombonas 100% Plásticas, em polietileno (PEAD), com capacidade de 100 litros, com tampa, boca larga e alças, homologada, conforme padrões UN.	KG	85.000	R\$ 22,99	R\$ 1.954.150,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 1.954.150,00

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

SETOR REQUISITANTE	AGENTE RESPONSÁVEL
Departamento de Atenção Básica em Saúde	Alan Machado de Almeida
Departamento de Vigilância em Saúde	Wendel Tarcísio Silva Gomes
Unidade de Pronto Atendimento-UPA	Tatiana Vilaça Rodrigues
Gabinete SESMAB	Raimunda Rosa Rodrigues Carvalho
E-MAIL: sesmab@abaetetuba.pa.gov.br	

1. DA DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento se caracteriza como a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade do *Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de coleta externa, transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos infectantes, resíduos perigosos e resíduos químicos gerados pela rede pública hospitalar e ambulatorial e demais unidades acopladas a rede municipal de Saúde de Abaetetuba/PA.*

1.2. O Município de Abaetetuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, enfrenta um cenário desafiador quanto ao gerenciamento dos resíduos provenientes de suas unidades de saúde, em virtude do volume expressivo de materiais potencialmente contaminantes gerados diariamente nos atendimentos hospitalares, ambulatoriais e de pronto atendimento. Esses resíduos exigem tratamento técnico e destinação final ambientalmente adequada, sob pena de comprometer a saúde pública, a integridade dos trabalhadores e a qualidade ambiental. A gestão inadequada desses materiais pode ocasionar a disseminação de agentes biológicos e químicos, acidentes ocupacionais e impactos ambientais graves, tornando indispensável a adoção de práticas especializadas e contínuas. E,

1.3. Atualmente, o município dispõe de contrato em vigor para execução desses serviços, contudo, o referido instrumento contratual encontra-se próximo de seu término de vigência, o que impõe à Administração a necessidade de promover novo processo licitatório para garantir a continuidade do serviço essencial e ininterrupto. Trata-se de um serviço de natureza permanente, cuja descontinuidade acarretaria sérios riscos à saúde coletiva e à segurança dos servidores, além de eventual paralisação do manejo de resíduos nos estabelecimentos de saúde municipais. Assim, a proximidade do encerramento contratual exige planejamento antecipado para evitar lacunas na execução, em observância ao princípio da continuidade do serviço público.

1.4. O sistema de saúde municipal ainda não possui estrutura física, tecnológica e operacional própria que permita realizar integralmente as etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde conforme as normas técnicas da ANVISA e do CONAMA. Essa limitação estrutural obriga o município a recorrer a soluções contratadas

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

externamente, uma vez que a execução direta demandaria investimentos elevados em equipamentos, frota específica, licenciamento ambiental e capacitação de pessoal especializado. A inexistência de tais meios próprios inviabiliza a autossuficiência na execução do serviço, reforçando a necessidade de contratação de empresa tecnicamente habilitada.

1.5. Constata-se, ainda, que a permanência de resíduos infectantes por períodos prolongados dentro das unidades de saúde, especialmente no Hospital Municipal São Bento e na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, gera risco de contaminação cruzada e proliferação de vetores, além de expor trabalhadores e pacientes a situações de vulnerabilidade sanitária. Essa condição é agravada quando não há coleta regular, acondicionamento adequado e controle ambiental, o que pode resultar em autuações por órgãos fiscalizadores e em danos ao meio ambiente e à saúde da população. Tais fatores tornam indispensável a manutenção de um serviço regular, técnico e contínuo.

1.6. Desta maneira, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pelo Decreto Municipal Nº 202/2024, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta, no âmbito do Município de Abaetetuba-PA, a Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos concomitante com o disposto no parágrafo primeiro do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

1.7. Diante do exposto, verifica-se a necessidade administrativa premente de assegurar a continuidade das atividades relacionadas ao manejo adequado dos resíduos produzidos pelas unidades de saúde do município, em conformidade com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da proteção ambiental. A renovação contratual, por meio de novo procedimento licitatório, é imprescindível para garantir que não haja interrupção dos serviços, evitando prejuízos à saúde coletiva, ao meio ambiente e ao cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes, atendendo plenamente ao interesse público.

2. PARÂMETROS NORMATIVOS

2.1. Parâmetros Normativos Gerais para Contratações Públicas:

2.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dispõe sobre os princípios básicos que regem as contratações públicas, a exemplo do artigo 37, XXI, que estabelece o princípio da isonomia e a obrigatoriedade de licitação;

2.1.2. Lei n. 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.1.3. Lei n. 4.320/64, normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

2.1.4. Lei Complementar n. 101/2000, normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

2.1.5. Decreto Lei n. 4.657/1942, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

2.1.6. Decreto Municipal Nº 202/2024, de 22 de janeiro de 2024.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

2.1.7. **Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

2.1.8. **Lei nº 8.080/1990**, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS).

2.1.9. **RDC ANVISA nº 222/2018**, dispõe sobre as Boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

2.1.10. **Resolução CONAMA nº 358/2005**, dispõe sobre o Tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;

2.1.11. **Lei Federal nº 12.305/2010**, dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

2.1.12. **NR-32 do MTE**, dispõe sobre a Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;

2.1.13. **ABNT NBR 12807, 12808, 12809 e 7500**, dispõe sobre a Classificação, acondicionamento e transporte de resíduos.

3. DEMONSTRAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Plano de Contratações Anual (PCA), da Secretaria Municipal de prevê a contratação e neste sentido, vale ressaltar que a contratação em tela está condizente com o PPA e a LOA 2025, nos quais estabelecem que o planejamento deve ser ascendente e articulado, prevendo diretrizes, metas e alocando recursos orçamentários, assim está assertiva ampara-se na medida da necessidade de tal fornecimento para o bom andamento das atividades e serviços de saúde disponibilizados pela rede pública municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Lote Único.

4.1.2 Padrão Mínimo de Qualidade: O serviço deverá obedecer rigorosamente às normas técnicas e sanitárias da ANVISA (RDC nº 222/2018), às disposições da Resolução CONAMA nº 358/2005, normas da ABNT NBR 12808, NBR 12809 e NBR 919 e as Normas locais A contratada deverá utilizar veículos licenciados, recipientes e embalagens adequadas, promover o tratamento e a destinação final dos resíduos em unidades devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes e emitir relatórios técnicos mensais de comprovação das etapas executadas.

4.1.3 Transição com Contrato Anterior: O Município possui contrato vigente para a execução dos mesmos serviços, cujo prazo expirará em breve. Dessa forma, a nova contratação visa assegurar a transição adequada entre o contrato atual e o futuro, evitando descontinuidade na coleta e destinação dos resíduos hospitalares. Essa transição deve ocorrer sem prejuízo às atividades de saúde pública, garantindo que a execução do novo contrato inicie imediatamente após o encerramento do anterior.

4.1.4 Critérios de Sustentabilidade: Deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando-se o uso de materiais recicláveis e reutilizáveis nos processos de acondicionamento, redução de emissões de gases e destinação final ambientalmente adequada. O transporte deverá seguir as normas de eficiência energética e redução de impacto ambiental, atendendo aos princípios do desenvolvimento sustentável previstos no art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

4.2. Das Obrigações da Contratada:

4.2.1. O fornecimento do objeto, pela contratada, ocorrerá de acordo com a solicitação da SESMAB (Secretaria Municipal de Saúde), através da ordem de serviço, emitido pelo Gabinete da SESMAB.

4.2.2. Após a Ordem de Serviço e Nota de Empenho ter sido recebida pela Contratada, os serviços quando solicitados pelo órgão solicitante, deverão ser prestados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação dos serviços, salvo em condições emergenciais nas quais deverão ser realizados de imediato, dentro do horário de expediente, entre 08h e 12h, e 14h e 18h, obedecendo as especificações exigidas neste documento;

4.2.3. Todas as despesas e encargos dos serviços deverão ser por conta exclusiva da empresa Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos produtos no órgão requisitante, bem como a inadimplência do contratado em relação aos encargos não transferirá à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput e §1º;

4.2.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta SESMAB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela SESMAB, na forma da Lei nº 14.133/2021, Art. 120;

4.3. Da Solicitação do serviço:

4.3.1. O objeto será solicitado de forma parcelada conforme a necessidade do órgão solicitante, mediante a emissão de requisição/solicitação e da nota de empenho devidamente assinada, com a identificação do respectivo servidor público municipal competente, indicado pelo gestor da pasta.

4.3.2. A contratada deverá apresentar relatório dos serviços, juntamente com as Notas fiscais correspondentes, informando, discriminadamente: Locais, datas do início e término dos serviços prestados, a fim de possibilitar o atesto pela Secretaria.

4.4. Para o seu recebimento, o agente fiscal verificará a qualidade e especificação dos serviços executados em consonância com a proposta ofertada, realizará a conferência do documento fiscal e atestará o recebimento em seu verso.

4.5. Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.

4.6. O serviço deverá ser previamente agendado junto ao órgão solicitante ou servidor por ela designado, ficando todos os encargos referentes ao deslocamento e transporte sob a responsabilidade da contratada.

4.5. Requisitos Externos:

4.5.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

4.5.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão as previstas no edital.

4.5.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, no que couber, serão:

4.5.3.1. Apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel que identifique o(s) mesmo(s), assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome e cargo, que comprove que a empresa licitante forneceu/ou fornece itens em quantidades e características ao objeto desta licitação.

4.5.3.2. O quantitativo deverá ser de pelo menos 50% (cinquenta por cento) “da aquisição pretendida”, ou seja, esse quantitativo deve se referir ao “somatório” de TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ARREMATAR, desde que sejam pertinentes e compatíveis com o solicitado conforme artigo 67, § 2º da Lei 14.133/21;

4.5.3.3. Em não constando todas as informações no atestado, é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência editalícias.

4.5.3.4. As demais exigências quanto aos critérios de seleção serão dispostas no Termo de Referência.

4.7. Da Forma, prazo e condições de Pagamento:

4.7.1. O pagamento será realizado por meio de ordem de compra, na agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.7.2. A Contratada deverá apresentar nota fiscal em até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contagem do prazo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, conforme prevê o inciso I do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

4.7.3. A Administração Municipal reserva-se o direito de recusar a liquidação da nota fiscal se, no ato da atestação, o objeto fornecido não estiver em perfeitas condições de consumo, quando for o caso, ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

4.7.4. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta dias), a contar da liquidação da despesa, nos termos do inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

4.7.5. A Administração Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do § 4º do art. 8º Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

4.7.6. Nenhuma liquidação ou pagamento será efetuado enquanto a empresa estiver pendente de qualquer obrigação financeira e/ou documental, devendo apresentar juntamente com a fatura as certidões negativas relativas aos Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas e FGTS, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento, conforme disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

4.8. Do Processo de Licitação:

4.8.1. O objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra, conforme previsto na lei de licitações e contratos nº 14.133/2021.

4.9. Da Garantia Contratual:

4.9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que pelas características do objeto da contratação o risco de inexecução e/ou inadimplemento é extremamente baixo.

4.10. Da Subcontratação:

4.10.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, dada sua unicidade e por se tratar de Serviço/bem comum, com variado número de fornecedores possíveis.

4.11. Indicação de marca e modelo:

4.11.1. Não se aplica.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1. As estimativas de quantidades referentes à contratação foram elaboradas a partir de levantamento técnico realizado junto ao Hospital Municipal, à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e às demais unidades básicas de saúde do Município de Abaetetuba/PA, considerando a média histórica de geração de resíduos de serviços de saúde (RSS) nos últimos 12 (doze) meses. As informações foram obtidas com base nos registros de coleta anteriores, nas planilhas de pesagem disponibilizadas pela empresa atualmente contratada e nos relatórios internos da Secretaria Municipal de Saúde, os quais indicam a produção média mensal de resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes, totalizando um volume aproximado de referência expresso em quilogramas (kg). Essa metodologia de estimativa permite dimensionar adequadamente a quantidade a ser contratada, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação e evitando tanto o subdimensionamento quanto o superdimensionamento da demanda. As memórias de cálculo e os documentos técnicos que dão suporte às estimativas acompanham o processo, permitindo a rastreabilidade dos dados e garantindo transparência e fundamentação à despesa pública.

5.2. Além disso, as estimativas consideram as interdependências com outras contratações da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente aquelas voltadas ao funcionamento das unidades hospitalares, à limpeza e à manutenção predial, de modo a otimizar recursos e promover economia de escala. O cálculo consolidado foi ajustado para contemplar eventuais variações sazonais na geração de resíduos, como períodos de maior fluxo de atendimentos ou campanhas de saúde, assegurando margem técnica para atender à integralidade da rede municipal.

5.3. Todos os destinos, no quadro abaixo, possuem uma margem de sobra, isso devido as demandas não serem exatas, e sim periódicas estima-se a quantidade confirme planilha abaixo:

LOTE ÚNICO – SERVIÇO DE COLETA E MATERIAIS EM COMODATO			
Nº	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANTIDADE TOTAL
01	COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE, DA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E		

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

	<p>AMBULATORIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. A EMPRESA DEVERÁ PRESTAR O SERVIÇO DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES (GRUPO A1, A4 e E) E RESÍDUOS PERIGOSOS (GRUPO B) E QUÍMICOS. CONTENPLANDO O FORNECIMENTO EM COMODATO DE RECIPIENTES ADEQUADOS PARA ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS, A SEREM SUBSTITUÍDOS EM CADA COLETA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.</p> <p>COMPLEMENTO: DESCRIÇÃO DOS RECIPIENTES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contêineres plásticos de polietileno (PEAD) ou Polipropileno (PP), com rodas de borracha e tampas, com capacidade de 1.000 litros. - Bombonas 100% Plásticas, em polietileno (PEAD), com capacidade de 100 litros, com tampa, boca larga e alças, homologada, conforme padrões UN. 	KG	85.000
--	--	----	--------

APÊNDICE - DESCRIÇÃO E QUANTIDADES DOS RECIPIENTES PARA COLETA

Nº	QUANT	UNID.	MODO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
02	12	UNID	COMODATO	CONTÊINERES PLÁSTICOS DE POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), COM RODAS DE BORRACHA E TAMPAS, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS
03	37	UNID	COMODATO	BOMBONAS 100% PLÁSTICOS (PEAD) COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, COM TAMPA, BOCA LARGA E ALÇAS REMOVÍVEIS, HOMOLOGADAS, CONFORME PADRÕES UN.

5.4. Relação de Locais para prestação dos serviços:

ITEM	UNIDADES DE SAUDE	Endereço
001	Centro de Atenção Psicossocial AD-CAPS AD	Rodovia PA 409, Km 01 estrada de Beja, Bairro Mutirão
002	Centro de Especialidades Odontológicas-CEO	Rua Pedro Pinheiro Paes s/n, Bairro Centro
003	Centro de Saúde Dr. Roberto Contente	Avenida Barrão do Rio Branco Nº s/n, Bairro Centro
004	Centro de Saúde Heraldo Pantoja	Travessa Manoel de abreu, Bairro Cristo Redentor
005	Centro de Saúde Francilândia	Avenida Acre s/n, Bairro Francilândia
006	Centro de Testagem e Aconselhamento-CTA	Rua Padre Pimentel, Nº 264, Esq. Com Jetulio Vargas. Bairro Algodoal
007	UBS Maria Eunice Carvalho	Tv. Altino Costa, nº 1457, Bairro Santa Rosa
008	HMSB-Hospital São Bento	Avenida Dom Pedro II Nº 1538, Bairro Centro
009	UBS/USF Acendendo as Luzes-Avição	2ª Rua do Campo da Aviação s/n, bairro Aviação
010	UBS/USF Ary Lobato-Chicolandia	Rua Manoel Pedro Ferreira s/n, bairro Algodoal
011	UBS Fluvial Augusto Nery	Rio Maratauíra Frente da Cidade no Cruzeiro, Bairro Centro
012	UBS/USF José Eder-Angélica	Travessa Manoel da Cruz s/n, Bairro Angélica
013	UBS/USF Osvaldo Ribeiro-Mutirão	Travessa Francisco Nobre s/n, Bairro Mutirão
014	UBS-ESF Gabriel Paes-São Sebastião	Rua Benedito Sena dos Passos s/n Bairro São Sebastião
015	UBS/USF Everaldo Araújo-São João	Rua Tancredo Neves s/n, Bairro São João
016	UPA-Manoel Ferreira	Travessa Santos Dumont Nº 1325, Bairro Centro
017	USF Algodoal	Rua Berlindo Pinheiro Nº 530, Bairro Algodoal
018	USF Dr. Jair Nery	Rua Pedro Pinheiro Paes s/n, Bairro Centro

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

019	UBS/USF DR. João Miranda	PA 151, Trevo da Colônia Velha, Bairro Colônia Velha
020	UBS Jarumã	Rodovia PA 409, Estrada de Beja, Bairro Jarumã
021	UBS/USF Ramal do Médio Itacuruça	Ramal Médio Itacuruça, PA 151 estrada Ig. Miri
022	USF Antônia sobrinho-Colônia Nova	PA 151 Km 03 Colônia Nova, Estrada Alça Viária
023	USF Murutinga	Ramal do Murutinga, PA 151 estrada Ig. Miri
024	USF Pontilhão	PA 151 estrada para Ig. Miri, Bairro Pontilhão
025	USF Vila de Beja	Travessa Gov. Jader Barbalho s/n, Distrito de Vila de Beja
026	UBS Rio Maracapucú - Sagrado	Rio Maracapucú, Comunidade Sagrado Coração de Jesus
027	UBS Orlandina Corrêa dos Santos-Rio Paruru	Rio Paruru, Comunidade Paruru
028	UBS Laurival de Souza Azevedo-Capim	Rio Capim, Comunidade Ilha do Capim
029	USF Arumanduba	Rio Arumanduba, Comunidade Arumanduba
030	UBS Rio Tucumanduba	Rio Comunidade Tucumanduba
031	UBS Rio Anequara	Rio Anequara, Comunidade Anequara
032	Centro de Atenção Psicossocial II - CAPS II	Rua Magno de Araújo N° 2306, Bairro São Lourenço
033	Sede da Vigilância Sanitária	Rua Lauro Sodré s/n, Bairro Centro
034	Sede da Vigilância Saúde	Rua Lauro Sodré s/n, Bairro Centro
035	Sede da SAMU 192	Travessa José Gonçalves Chaves N° 1426, Bairro São Lourenço
036	Centro de Referência Saúde Mental da Criança e do Adolescente- Brincando de Miriti	Rodovia PA S/N, Km 01- estrada de Beja, Bairro Mutirão
037	UBS/USF Santa Clara	Rua: Ayrton Sena, S/N Prox. Cheche, Bairro: Santa Clara
038	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL I (CAPS I)	Rodovia PA 409, Km 01 estrada de Beja, Bairro Mutirão, S/N
039	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL III (CAPS III)	Rodovia Dr. João Miranda, Bairro Bosque, S/N
040	UNIDADE BASICA DE SAÚDE SÃO LOURENÇO	Passagem 15 de Novembro, s/n, São Lourenço
041	UBS/USF URUBUEUA	Rio Urubueua Cabaceira. S/N
042	UBS Caeté	Rodovia alça viária- km 68, Quilombo do Caeté

6. NATUREZA DOS SERVIÇOS

6.1. O objeto é caracterizado como aquisição de serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, passível de descrição objetiva e licitação via pregão eletrônico.

6.2. O objeto deste procedimento licitatório é classificado como bens e serviços comuns, composto por LOTE ÚNICO, nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

7. LEVANTAMENTO/PESQUISA DE MERCADO

7.1. O levantamento de mercado foi realizado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Abaetetuba/PA com o objetivo de identificar as alternativas técnicas e econômicas mais adequadas para atender à necessidade de execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS) produzidos pelas unidades de saúde municipais. A análise buscou avaliar soluções que assegurassem a continuidade do serviço essencial, a conformidade com as normas ambientais e sanitárias vigentes, e a economicidade na aplicação dos recursos públicos. Foram consideradas as experiências de contratações anteriores, as práticas de outros entes públicos, bem como as características estruturais e operacionais do município, de modo a identificar a solução que garantisse eficiência, sustentabilidade e melhor custo-benefício à Administração Pública.

7.2. As fontes de pesquisa utilizadas compreenderam consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ao Compras.gov.br, a atas de registros de preços vigentes em outros municípios, bem como a cotações junto a empresas especializadas e licenciadas para o manejo de RSS no Estado do Pará e em estados vizinhos. Também foram analisadas as normas regulatórias aplicáveis, tais como a RDC ANVISA nº 222/2018, a Resolução CONAMA nº 358/2005, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e as normas da ABNT

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

NBR 12808, NBR 12809 e NBR 9192, que estabelecem os parâmetros técnicos de acondicionamento, transporte e destinação final. Essas fontes permitiram identificar padrões de preços praticados, modelos de contratação e soluções técnicas compatíveis com as necessidades do município:

a) Solução 1 – Aquisição de caminhão e estrutura própria municipal para coleta e transporte (com contratação avulsa de tratamento/destinação): consiste na compra de veículo apropriado e equipamentos necessários para execução direta dos serviços pelo Município. Essa alternativa oferece autonomia operacional, mas exige altos investimentos iniciais em frota, pessoal capacitado, licenciamento e estrutura física. Do ponto de vista econômico, o custo inicial é elevado, embora possa representar economia em longo prazo se houver escala de operação adequada. A modalidade licitatória indicada é o pregão eletrônico, por se tratar de aquisição de bem comum com especificação objetiva;

b) Solução 2 – Contratação integral dos serviços (coleta, transporte, tratamento e destinação final): propõe a execução completa das atividades por empresa especializada, responsável por todas as etapas do processo, garantindo rastreabilidade e conformidade técnica. Essa solução elimina interfaces contratuais e reduz riscos de descontinuidade, sendo operacionalmente mais eficiente e de implantação imediata. A remuneração por quilograma (kg) coletado e tratado permite controle financeiro e previsibilidade orçamentária, além de economia de escala pela integração logística e de tratamento. A modalidade licitatória indicada é o pregão eletrônico, configurando-se esta como a solução escolhida por ser a mais vantajosa técnica e economicamente;

c) Solução 3 – Terceirização/locação de frota e equipe de coleta, com contratação separada de tratamento/destinação: consiste na locação de veículos especializados e equipe operacional para a coleta e transporte, permanecendo a etapa de tratamento sob outro contrato. A solução apresenta flexibilidade operacional, mas demanda maior coordenação entre fornecedores, podendo elevar custos transacionais e reduzir eficiência. Embora reduza o investimento inicial, aumenta o risco de divergência entre cronogramas de coleta e de destinação. A modalidade licitatória indicada também é o pregão eletrônico, por se tratar de serviço comum passível de descrição objetiva.

7.3. Conclui-se embora a aquisição direta (Solução 1) possa representar alternativa viável em longo prazo e a terceirização parcial (Solução 3) ofereça flexibilidade, a contratação integral dos serviços (Solução 2) configura-se como a medida mais adequada à realidade administrativa, financeira e operacional do Município de Abaetetuba/PA. Trata-se da opção que melhor equilibra economicidade, eficiência, conformidade técnica e continuidade do serviço essencial, atendendo plenamente ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A estimativa do valor da contratação para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS), produzidos pelas unidades de saúde do Município de Abaetetuba/PA, foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada no Banco de Preços do Governo Federal (Painel de Preços), bem como em

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

consultas a contratos e atas de registros de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em cotações junto a empresas especializadas e devidamente licenciadas para o manejo desse tipo de resíduo. A análise considerou contratações recentes de serviços da mesma natureza, porte e complexidade técnica, abrangendo o ciclo completo de coleta, transporte, tratamento e destinação final, conforme as normas da RDC ANVISA nº 222/2018 e da Resolução CONAMA nº 358/2005.

8.2. As memórias de cálculo e planilhas de apoio foram construídas a partir da média ponderada dos valores obtidos, levando em conta as variações regionais de mercado, as condições logísticas de coleta e transporte, a abrangência dos serviços contratados, bem como as obrigações de fornecimento de materiais e treinamento operacional. Também foram consideradas as condições de licenciamento ambiental, frequência das coletas e destinação adequada dos resíduos, resultando em um valor estimado compatível com os preços praticados no setor, capaz de assegurar a economicidade, a eficiência e a vantajosidade da contratação, em plena conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa nº 58/2022.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	Fundo Municipal de Saúde de Ponta Pedras. Id: 11797106000184-1-000007/2025	Ministério da Defesa - Comando do Exército. Id: 90052025 - UASG: 160018	Ministério da Defesa - Comando do Exército. Id: 900452024 - UASG: 160171	PREÇO MÉDIO OBTIDO (R\$)	VALOR TOTAL (QTDE X PREÇO MÉDIO)
				V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
001	COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE, DA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. A EMPRESA DEVERÁ PRESTAR O SERVIÇO DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES (GRUPO A1, A4 e E) E RESÍDUOS PERIGOSOS (GRUPO B) E QUÍMICOS. CONTENPLANDO O FORNECIMENTO EM COMODATO DE RECIPIENTES ADEQUADOS PARA ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS, A SEREM SUBSTITUÍDOS EM CADA COLETA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. COMPLEMENTO: DESCRIÇÃO DOS RECIPIENTES: - Contêineres plásticos de polietileno (PEAD) ou Polipropileno (PP), com rodas de borracha e tampas, com capacidade de 1.000 litros. - Bombonas 100% Plásticas, em polietileno (PEAD), com capacidade de 100 litros, com tampa, boca larga e alças, homologada, conforme padrões UN.	KG	85.000	R\$ 24,29	R\$ 22,70	R\$ 21,97	R\$ 22,99	R\$ 1.954.150,00
VALOR GLOBAL DA LICITAÇÃO				R\$ 1.954.150,00 (um milhão novecentos e cinquenta e quatro mil cento e cinquenta reais)				

9. PRAZO DE VIGÊNCIA:

9.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por interesse das partes, até o limite de 5 (cinco) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

9.2. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

9.3. A vigência da Ata poderá ser prorrogada por igual período na forma do Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021 e Resolução 17.345/2025-TCM-PA.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

10.1. A solução proposta para a contratação de empresa especializada visa atender de forma integral às necessidades do Município de Abaetetuba/PA quanto à coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados pelas unidades de atendimento municipais, incluindo o Hospital Municipal São Bento, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e demais estabelecimentos da rede pública. Trata-se de serviço essencial e contínuo, indispensável à manutenção das condições sanitárias e ambientais, bem como à prevenção de riscos à saúde pública, garantindo a conformidade com as normas da ANVISA e do CONAMA. O objeto do contrato compreende todas as etapas do processo, desde a coleta regular dos resíduos até sua destinação final ambientalmente adequada, assegurando que todo o ciclo ocorra dentro dos padrões técnicos e legais exigidos pelos órgãos de controle.

10.2. A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa devidamente licenciada junto aos órgãos ambientais competentes e habilitada para o transporte de resíduos perigosos, devendo utilizar veículos apropriados, recipientes padronizados, embalagens certificadas e equipamentos de proteção individual e coletiva. A contratada será responsável por fornecer os materiais necessários para o acondicionamento dos resíduos, realizar o transporte seguro até a unidade de tratamento e promover a destinação final conforme as exigências da RDC ANVISA nº 222/2018 e da Resolução CONAMA nº 358/2005. Além disso, a empresa deverá emitir relatórios técnicos mensais comprovando o volume coletado, o tratamento aplicado e a destinação final, de modo a garantir rastreabilidade, transparência e controle sobre toda a cadeia de gerenciamento dos RSS.

10.3. Quanto às exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, a contratada deverá manter disponibilidade permanente de recursos materiais e humanos durante toda a vigência do contrato, assegurando a continuidade do serviço e o cumprimento dos cronogramas estabelecidos. Caberá à empresa zelar pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, equipamentos e recipientes utilizados nas operações, devendo substituí-los prontamente em caso de avarias ou falhas que comprometam a execução do contrato. O prazo contratual poderá ser de até 12 (doze) meses, conforme necessidade da administração, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no art. 107, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem e a continuidade do interesse público.

10.4. A Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia útil, devendo-se excluir o primeiro e excluir o último. A vigência da Ata poderá ser prorrogada por igual período na forma do Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021 e Resolução 17.345/2025-TCM-PA.

10.5. A contratação ocorrerá por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, para Registro de Preços, em razão de se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

podem ser objetivamente definidos no edital, conforme determina o art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A solução ora descrita garante eficiência administrativa, economicidade e sustentabilidade ambiental, além de proporcionar maior competitividade entre fornecedores e transparência no processo licitatório. Dessa forma, a medida atende integralmente aos princípios da legalidade, eficiência, vantajosidade e interesse público, estabelecendo as bases técnicas e operacionais necessárias para o gerenciamento seguro e contínuo dos resíduos de serviços de saúde no Município de Abaetetuba/PA.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, que envolvem a execução integrada das etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) produzidos pelas unidades de saúde do Município de Abaetetuba/PA, verifica-se que o objeto é indivisível, uma vez que a fragmentação em itens distintos comprometeria a eficiência, a rastreabilidade e a continuidade do processo operacional, além de dificultar a responsabilização técnica única da empresa executora.

11.2. A interdependência entre as etapas torna necessária a contratação de um prestador que responda por todo o ciclo do manejo dos resíduos, assegurando conformidade técnica com as normas da ANVISA e do CONAMA, segurança sanitária, logística integrada e destinação ambientalmente adequada. Assim, o não parcelamento do objeto justifica-se por razões de ordem técnica e operacional, garantindo a execução uniforme, a padronização dos procedimentos, o controle de qualidade e a economicidade da contratação, sem prejuízo à competitividade, observando o disposto no art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, VII, da Instrução Normativa nº 58/2022.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) produzidos pelas unidades de saúde do Município de Abaetetuba/PA tem como principal resultado pretendido assegurar a continuidade e a eficiência na gestão dos resíduos hospitalares, garantindo o atendimento pleno das normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes. Com a execução contratual, espera-se eliminar riscos de contaminação cruzada, reduzir a exposição de servidores e pacientes a agentes patogênicos e assegurar que o manejo dos resíduos ocorra de forma integrada, rastreável e ambientalmente adequada. Dessa forma, o Município passará a contar com um serviço regular, técnico e devidamente controlado, promovendo a proteção da saúde pública e do meio ambiente, em consonância com as diretrizes da RDC ANVISA nº 222/2018 e da Resolução CONAMA nº 358/2005.

12.2. Do ponto de vista da economicidade, a contratação permitirá a utilização racional dos recursos públicos por meio da unificação das etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final em um único contrato. Essa estrutura integrada reduz custos indiretos, elimina redundâncias administrativas e minimiza despesas com transporte ou armazenamento temporário inadequado. A remuneração com base no peso efetivo dos resíduos coletados (quilograma) garantirá previsibilidade orçamentária e melhor controle financeiro, assegurando

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

que o Município pague apenas pelos serviços efetivamente executados, o que resulta em transparência e equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

12.3. Em termos de aproveitamento dos recursos humanos, a medida permitirá que os servidores municipais direcionem seus esforços às atividades-fim da Secretaria Municipal de Saúde, reduzindo a sobrecarga de funções relacionadas ao manejo e transporte de resíduos. Com o treinamento operacional a ser ofertado pela empresa contratada, a equipe local será capacitada quanto aos procedimentos de segregação, acondicionamento e identificação de resíduos, elevando o nível técnico e a segurança das práticas diárias. Essa qualificação fortalecerá a cultura institucional de boas práticas em saúde e biossegurança, com impacto direto na qualidade do atendimento prestado à população.

12.4. Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos materiais, o contrato prevê o fornecimento, pela empresa executora, dos insumos necessários para o acondicionamento e transporte seguro dos resíduos, como bombonas, sacos brancos leitosos, caixas para perfurocortantes e rótulos de identificação. Essa medida reduz os custos operacionais da Prefeitura com aquisição e controle de materiais, além de padronizar os equipamentos utilizados, promovendo maior eficiência logística e garantindo conformidade com as normas técnicas aplicáveis. A padronização também contribuirá para a rastreabilidade dos resíduos e o controle quantitativo dos volumes coletados em cada unidade de saúde.

12.5. Por fim, o resultado pretendido em termos de melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis consiste na obtenção de um serviço com custo compatível ao mercado, porém com ganhos de escala e eficiência operacional. A adoção da modalidade Pregão Eletrônico assegura ampla competitividade e transparência, permitindo à Administração selecionar a proposta mais vantajosa, não apenas pelo menor preço, mas pelo atendimento integral das exigências técnicas e legais. A medida, portanto, traduz-se em uma contratação economicamente sustentável, que otimiza o uso dos recursos públicos, assegura continuidade dos serviços essenciais e promove a eficiência administrativa e ambiental do Município de Abaetetuba/PA, em estrita observância ao interesse público e aos princípios da **Lei nº 14.133/2021**.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

13.1. Antes da celebração do contrato para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) produzidos pelas unidades de saúde do Município de Abaetetuba/PA, a Administração Pública deverá adotar um conjunto de providências preparatórias essenciais voltadas à garantia da conformidade legal, da eficiência operacional e da segurança sanitária do processo contratual. Inicialmente, a Secretaria Municipal de Saúde deverá confirmar a existência de dotação orçamentária específica e a vinculação do objeto às metas do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), de modo a assegurar que a contratação possua respaldo jurídico e financeiro. Também será necessário verificar a validade das licenças ambientais e sanitárias das unidades geradoras de resíduos, bem como atualizar o inventário de geração de RSS, que servirá de base para o dimensionamento da execução contratual e para a elaboração do plano de fiscalização.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

13.2. Paralelamente, a Administração deverá instituir uma Comissão de Fiscalização e Gestão Contratual, composta por servidores formalmente designados, que serão responsáveis pelo acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da execução do contrato. Esses servidores deverão ser previamente capacitados quanto às normas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, às exigências da RDC ANVISA nº 222/2018, da Resolução CONAMA nº 358/2005, e às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no tocante às funções de gestor e fiscal de contrato. A capacitação abrangerá conteúdos sobre controle de pesagem, verificação de rotas e frequência de coleta, conferência de relatórios de destinação final, emissão de termos de recebimento e registro de ocorrências, garantindo que o acompanhamento da execução ocorra de forma técnica, transparente e contínua.

13.3. Além disso, a Administração deverá preparar os procedimentos de gestão documental e de comunicação com a contratada, definindo rotinas de registro, conferência e arquivamento das evidências da execução contratual, como manifestos de transporte, comprovantes de tratamento e certificados de destinação final. Também será elaborado um plano de fiscalização que estabeleça indicadores de desempenho, critérios de qualidade e periodicidade das vistorias, permitindo a verificação do cumprimento das obrigações contratuais. Essas medidas prévias asseguram que o contrato seja firmado com base em informações completas, com pessoal qualificado e com mecanismos eficazes de controle e avaliação, garantindo a regularidade, a eficiência e a transparência da contratação pública, em conformidade com o art. 18, §1º, XII, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 9º, XI, da Instrução Normativa nº 58/2022.

14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

14.1. As contratações correlatadas ou interdependentes à execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) no Município de Abaetetuba/PA dizem respeito a todas as atividades e contratos que, de forma direta ou indireta, influenciam a eficiência e a continuidade dessa prestação. Entre elas, destacam-se os serviços de limpeza e higienização hospitalar, fornecimento de insumos para assepsia e acondicionamento de resíduos, manutenção predial e de equipamentos das unidades de saúde, bem como os serviços de vigilância sanitária e ambiental que monitoram o cumprimento das normas técnicas. Tais vínculos contratuais mantêm relação funcional e operacional com a gestão dos resíduos, uma vez que o acúmulo ou o manejo inadequado impactam diretamente as rotinas de limpeza, os fluxos de atendimento e o controle de infecções hospitalares.

14.2. A correlação entre essas contratações exige planejamento conjunto e comunicação contínua entre os gestores, garantindo que os serviços funcionem de forma integrada, evitando sobreposição de esforços e otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros. A contratação objeto deste estudo deverá, portanto, ser executada de modo articulado com as demais ações da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando que o gerenciamento dos RSS ocorra dentro de uma cadeia coordenada e eficiente. Essa integração favorece a economia de escala, a racionalização de custos e a efetividade dos resultados, conforme preconizam o art. 18, §1º, XI, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 9º, VIII, da Instrução Normativa nº 58/2022, garantindo uma gestão pública sustentável, técnica e alinhada ao interesse coletivo.

15. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS/SUSTENTABILIDADE

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

15.1. A execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) produzidos pelas unidades de saúde do Município de Abaetetuba/PA pode gerar impactos ambientais significativos se não for conduzida dentro dos padrões técnicos e regulatórios exigidos pelos órgãos competentes. O manejo inadequado desses resíduos, especialmente os pertencentes aos grupos A (biológicos), B (químicos) e E (perfurocortantes), pode resultar na contaminação do solo, da água e do ar, com potencial disseminação de agentes patogênicos e substâncias tóxicas. Além disso, o descarte irregular ou o transporte inadequado desses materiais pode ocasionar acidentes, exposição de trabalhadores e da população a riscos sanitários, e proliferação de vetores, comprometendo a saúde pública e a integridade ambiental.

15.2. Para mitigar tais impactos, a empresa contratada deverá adotar rigorosamente as medidas previstas na RDC ANVISA nº 222/2018 e na Resolução CONAMA nº 358/2005, que regulamentam o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Entre as medidas mitigadoras obrigatórias estão: a segregação correta dos resíduos na origem, o acondicionamento em recipientes resistentes, estanques e devidamente identificados, o transporte em veículos licenciados e dotados de sistema de contenção de vazamentos, e o tratamento térmico (autoclavação ou incineração) em instalações devidamente licenciadas. Também deverão ser observados o controle de emissões atmosféricas e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos tratados, com monitoramento periódico e emissão de relatórios de destinação, de modo a garantir a rastreabilidade e a conformidade ambiental de todo o processo.

15.3. Adicionalmente, deverão ser implementadas ações preventivas e de capacitação dos profissionais envolvidos na manipulação e no transporte dos resíduos, com foco em boas práticas de biossegurança e no uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A fiscalização da execução contratual deverá incluir o acompanhamento de indicadores de desempenho ambiental, auditorias técnicas e inspeções periódicas nos pontos de coleta e nas unidades de tratamento. Tais medidas têm como objetivo assegurar que o serviço contratado contribua para a redução dos riscos ambientais e sanitários, promovendo a sustentabilidade e o cumprimento das obrigações legais e éticas da Administração Pública, conforme o disposto no art. 18, §1º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, XII, da Instrução Normativa nº 58/2022.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS), por meio da modalidade Pregão Eletrônico, mostra-se plenamente adequada e necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba – PA. A medida assegura a continuidade de um serviço essencial à saúde pública, garantindo o manejo ambientalmente correto dos resíduos hospitalares e prevenindo riscos sanitários e ambientais. Além disso, contribui para a economicidade dos recursos públicos e para a eficiência administrativa, ao promover a integração das etapas de coleta, transporte e tratamento sob a responsabilidade de um único prestador especializado.

16.2. A solução escolhida demonstra-se compatível com a realidade local e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando que todas as unidades da rede municipal de

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB

saúde, incluindo o Hospital Municipal e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), mantenham condições sanitárias adequadas e seguras. A centralização das responsabilidades na empresa contratada, abrangendo a execução completa dos serviços, o fornecimento de materiais para acondicionamento, o treinamento de servidores e a destinação ambientalmente correta dos resíduos, reforça a segurança operacional e a conformidade com as normas da ANVISA, CONAMA e ABNT, garantindo a rastreabilidade dos processos, a continuidade dos serviços e a mitigação de riscos ambientais e ocupacionais.

16.3 Em consonância com o art. 18, §1º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 9º, XIII, da Instrução Normativa nº 58/2022, a análise técnica evidencia que a contratação proposta constitui solução tecnicamente viável, juridicamente adequada, economicamente vantajosa e ambientalmente sustentável, legitimando sua adoção como instrumento indispensável para o fortalecimento da gestão pública de resíduos de serviços de saúde no Município de Abaetetuba – PA. A medida está plenamente alinhada ao interesse público, à proteção ambiental, à preservação da saúde coletiva e aos princípios da administração pública moderna, sustentável e orientada a resultados.


17. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO

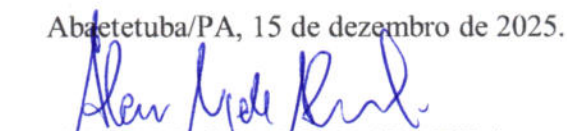
17.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela equipe de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba/PA, com a participação de representantes dos setores demandantes, com base em documentação técnica e levantamento das necessidades institucionais.

Objeto sugerido: *REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES, RESÍDUOS PERIGOSOS E RESÍDUOS QUÍMICOS GERADOS PELA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL E DEMAIS UNIDADES ACOPLADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA/PA.*


17.2. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade com os dispositivos legais vigentes, especialmente com a Lei nº 14.133/2021. A contratação é viável e justificada com base nos elementos aqui apresentados.

17.3. Após a análise dos dados e informações coletadas, do histórico do órgão, do tipo de solução escolhida (Pregão Eletrônico), pelos motivos explicitados, é possível afirmar que a contratação que se pretende, É VIÁVEL e adequada para o Órgão.


TATIANA VILAÇA RODRIGUES
Unidade de Pronto Atendimento-UPA
Portaria nº 003/2025 - SESMAB

Abaetetuba/PA, 15 de dezembro de 2025.

ALAN MACHADO DE ALMEIDA
Departamento de Atenção Básica em Saúde
001/2025 - SESMAB

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB


WENDEL TARCÍSIO SILVA GOMES
Departamento de Vigilância em Saúde
Portaria nº 008/2025 - SESMAB

Wendel Tarcísio Silva Gomes
Chefe de Depto. de Vigilância em
Saúde-DEVISA
Portaria nº 008/2025-RH/SESMAB

De acordo:

RAIMUNDA ROSA
RODRIGUES CARVALHO
VOUZELA:18969003215

Assinado de forma digital por
RAIMUNDA ROSA RODRIGUES
CARVALHO
VOUZELA:18969003215
Dados: 2025.12.15 12:16:09
-03'00'

RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO
Secretaria Municipal De Saúde De Abaetetuba/Pa
Portaria nº 002/2025 – GP



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO (Art. 6º, alínea “a” XXIII, da Lei 14.133/21)

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES, RESÍDUOS PERIGOSOS E RESÍDUOS QUÍMICOS GERADOS PELA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL E DEMAIS UNIDADES ACOPLADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA/PA.

1.2. As propostas de preços deverão atender às especificações, quantidades e locais contidas nos Anexos I e II deste Termo de Referência.

1.3. A descrição, quantidade e unidade de medida indicados na planilha descritiva foram obtidos através da necessidade/demanda realizados pelo setores, departamentos, unidades de saúde, UPA e Hospital Municipal, formalizado no Documento de Formalização de Demanda – DFD, acostado aos autos.

2 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (Art. 6º, alínea “a”, XXIII, da Lei 14.133/21)

2.1. O prazo de vigência do contrato/empenho será de até 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

2.2. Em caso de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, será examinado eventual pedido de prorrogação.

2.3. A Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia útil, devendo-se excluir o primeiro e excluir o último. A vigência da Ata poderá ser prorrogada por igual período na forma do Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021 e Resolução 17.345/2025-TCM-PA.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/21)

3.1. Trata-se da necessidade do REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES, RESÍDUOS PERIGOSOS E RESÍDUOS QUÍMICOS GERADOS PELA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL E DEMAIS UNIDADES ACOPLADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA/PA.

3.2. O Município de Abaetetuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, deve



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

assegurar a continuidade, eficiência e segurança das unidades de saúde e prestados à população. A coleta dos resíduos gerados pelas unidades, com destinação final, garantem a segurança no espaços públicos tendo em vista a geração contínua de resíduos potencialmente infectantes, perfurocortantes, químicos e outros classificados conforme a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a RDC ANVISA nº 222/2018. E.

3.3. Tais resíduos apresentam riscos diretos à saúde pública, aos trabalhadores e ao meio ambiente, demandando manejo diferenciado e atendimento às normas técnicas e sanitárias. A ausência de coleta especializada pode ocasionar contaminações, acidentes ocupacionais, proliferação de vetores, sanções dos órgãos de controle ambiental e sanitário, além de comprometer a continuidade dos serviços assistenciais.

3.4. A Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba não dispõe de estrutura própria, equipamentos específicos, veículos autorizados, equipe treinada ou licenças ambientais necessárias para realizar internamente as etapas de coleta e destinação dos RSS. Por essa razão, torna-se imprescindível a contratação de empresa devidamente licenciada, com capacidade técnica comprovada e atendimento às exigências legais vigentes, garantindo segurança, rastreabilidade, regularidade e conformidade regulatória.

3.5. Desta maneira, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pelo Decreto Municipal Nº 202/2024, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta, no âmbito do Município de Abaetetuba-PA, a Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos concomitante com o disposto no parágrafo primeiro do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.6. Diante do exposto, a contratação do referido serviço assegura o cumprimento das normas federais, estaduais e municipais, a preservação do meio ambiente, a proteção da saúde dos profissionais e usuários do sistema, além de manter a regularidade das atividades assistenciais desenvolvidas nas unidades de saúde, seguindo os princípios da Lei nº 14.133/2021, como eficiência, economicidade e transparência.

3.7. A adoção do Sistema Registro de Preços - SRP fundamenta-se na hipótese prevista no Decreto Federal nº 11.462 de 2023, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 202 de 2024, sendo que é conveniente para Administração a execução dos serviços de forma percaleda durante a validade da Ata, permitindo, desta forma, a possibilidade de maior economia e adequação ao planejamento estratégico, orçamentário e financeiro do município considerando a oportunidade e conveniência da utilização dos serviços dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses (Validade máxima permitida da Ata de registro de Preços), visando o aumento da eficiência administrativa na execução do objeto.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, inc. XXIII, c, da Lei nº 14.133/21)

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Considerando os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência para operacionalização dos serviços de saúde ofertados pela rede pública municipal atualmente, bem como a melhor relação custo-benefício para o atendimento da demanda ampliação dos serviços, a presente solução demonstrou ser a mais vantajosa e eficiente para a Administração neste momento, sendo a opção indicada pela área técnica, pois somente efetuará o pedido apenas se houver a necessidade necessária para os destinos.

4.3. Os serviços serão executados por empresa especializada, devidamente habilitada, com uso de produtos e equipamentos registrados nos órgãos competentes, seguindo rigorosamente as normas técnicas e regulamentações vigentes. A prestação dos serviços deverá observar os critérios de qualidade, periodicidade e eficácia, conforme as necessidades das unidades atendidas.

4.4. Não será exigida Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21).

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, d, da Lei 14.133/21)

5.1. A empresa especializada será selecionada mediante realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Lote Único.

5.2. Quanto às especificações técnicas, quantidade, e locais para a prestação dos serviços, foram obtidas por meio de levantamento de estudo da necessidade, com base no exercício anterior, conforme apresentado pelo departamento de Atenção Básica e de Alta e Média Complexidade, com acréscimo de 10% como margem de segurança para atendimento de unidades que estão em fase de Construção, reforma ou ampliação. Contudo, ressalta-se, que as especificações atendem aos padrões mínimos de qualidade do mercado.

5.3. Sustentabilidade

5.3.1. A Contratada deverá garantir a seguridade adequada dos resíduos de serviços de saúde (RSS), conforme classificação da RDC ANVISA nº 222/2018, utilizando recipientes específicos, devidamente identificados e em conformidade com as normas de biossegurança;

5.3.2. O transporte dos resíduos deverá ser realizado em veículos licenciados, que atendam às exigências ambientais e sanitárias, buscando sempre a eficiência energética, a redução de emissões de atmosféricas e a otimização de rotas para economia de combustível;

5.3.3. Os resíduos deverão ser encaminhados para unidades de tratamento licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, priorizando tecnologias de menor impacto ambiental, como autoclavagem, em detrimento da incineração, sempre que tecnicamente viável;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.3.4. A destinação final dos resíduos tratados deverá ocorrer em aterros devidamente licenciados, evitando a contaminação do solo, da água e do ar, em conformidade com a legislação vigente.

5.4. Da Garatia contratual:

5.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que, pelas características do objeto da contratação o risco de inexecução e/ou inadimplemento é extremamente baixo.

5.5. Da Subcontratação

5.3.1. É vedado a subcontratação total ou parcial do objeto, dada sua unicidade e por se tratar de serviço comum, com variado número de empresas prestadoras.

5.6. Indicação de Marca e Modelo

5.3.1. Não se aplica.

5.7. Deverá declarar, ainda, que tem pleno conhecimento de todos os custos e condições necessárias para a regular execução do objeto ofertado em sua proposta de preços.

5.8. O fornecedor também deve declarar que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

5.9. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (SESSENTA) dias a contar da data de abertura do certame.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 06, XXIII, e, da Lei 14.133/21)

6.1. O objeto será solicitado através da emissão da Ordem de Serviço e da Nota de Empenho, mediante contrato firmado entre as partes.

6.2. Os serviços terão sua execução comprovada por meio de Nota Fiscal emitida pela contratada e atestada por servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual, acompanhado de relatório circunstanciado de livro de ponto/acompanhamento de execução dos serviços.

6.2.1. A coleta será combinada, conforme necessidade da administração e conforme cronograma de coleta (Anexo II), e aferida mediante comprovante de retirada/peso, conforme supervisão dos respectivos responsáveis do local de coleta. Das condições gerais de execução dos serviços.

6.3. A pesagem deverá ser realizada pela Contratada no ato da coleta, pegando a assinatura do servidor público, para autenticar o peso.

6.4. O transporte dos resíduos de serviços de saúde deverá ocorrer em veículos devidamente adaptados e licenciados pelos órgãos competentes, de forma segura, fechada, identificada e que impeça o contato dos resíduos com o ambiente externo, atendendo às normas da ANVISA, do CONAMA e demais legislações pertinentes. A contratada deverá adotar todos os cuidados necessários para a preservação da saúde pública e do meio ambiente durante o transporte.

6.5. Os recipientes e embalagens utilizados para acondicionamento e transporte dos resíduos devem obedecer às normas técnicas e regulamentações sanitárias, especialmente quando à resistência, vedação, identificação e sinalização de risco. Será



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

recusado qualquer material ou equipamento em condições inadequadas ou que represente risco à segurança da coleta, transporte e manipulação dos resíduos.

6.6. A contratada deverá utilizar embalagens secundárias e contentores específicos para resíduos de serviços de saúde, devidamente higienizados, sinalizados e compatíveis com o tipo de resíduos coletado, conforme a classificação a classificação estabelecida na RDC ANVISA nº 222/2018.

6.7. Os resíduos devem ser coletados e transportados de forma a garantir a segregação e rastreabilidade, respeitando as especificações técnicas e evitando a mistura entre os diferentes tipos de RSS (Grupo A, B, E etc.). Em caso de não conformidade na coleta, a contratada deverá imediatamente e às expensas, providenciar a correção, sob risco de penalidades.

6.8. Todo o equipamento, veículo ou insumo utilizado deverá estar em conformidade com a legislação vigente e possuir a devida identificação e manutenção preventiva, devendo estar disponíveis para inspeção pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba a qualquer tempo.

6.9. Em nenhuma hipótese serão aceitas práticas operacionais em desacordo com as condições pactuadas, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o controle de qualidade da prestação dos serviços. Cabe à contratada a correção imediata de quaisquer falhas identificadas, sem ônus para a administração, inclusive com a repetição dos procedimentos, caso necessário.

6.10. Os Preços propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, logísticos, administrativos, ambientais, seguros, manutenção dos equipamentos e veículos, combustíveis, tratamento e destinação final dos resíduos, entre outros necessários à execução completa dos serviços, não cabendo qualquer adicional futuro sob alegação de omissão.

6.11. Os locais das unidades de saúde necessários para a realização dos serviços esta relacionada abaixo:

6.11.1 Relação de locais para prestação dos serviços:

ITEM	UNIDADES DE SAUDE	Endereço
001	Centro de Atenção Psicossocial AD-CAPS AD	Rodovia PA 409, Km 01 estrada de Beja, Bairro Mutirão
002	Centro de Especialidades Odontológicas-CEO	Rua Pedro Pinheiro Paes s/n, Bairro Centro
003	Centro de Saúde Dr. Roberto Contente	Avenida Barrão do Rio Branco Nº s/n, Bairro Centro
004	Centro de Saúde Heraldo Pantoja	Travessa Manoel de abreu, Bairro Cristo Redentor
005	Centro de Saúde Francilândia	Avenida Acre s/n, Bairro Francilândia
006	Centro de Testagem e Aconselhamento-CTA	Rua Padre Pimentel, Nº 264, Esq. Com Jetulio Vargas. Bairro Algodual
007	UBS Maria Eunice Carvalho	Tv. Altino Costa, nº 1457, Bairro Santa Rosa
008	HMSB-Hospital São Bento	Avenida Dom Pedro II Nº 1538, Bairro Centro
009	UBS/USF Acendendo as Luzes-Aviação	2ª Rua do Campo da Aviação s/n, bairro Aviação
010	UBS/USF Ary Lobato-Chicolandia	Rua Manoel Pedro Ferreira s/n, bairro Algodual
011	UBS Fluvial Augusto Nery	Rio Maratauíra Frente da Cidade no Cruzeiro, Bairro Centro
012	UBS/USF José Eder-Angélica	Travessa Manoel da Cruz s/n, Bairro Angélica
013	UBS/USF Osvaldo Ribeiro-Mutirão	Travessa Francisco Nobre s/n, Bairro Mutirão
014	UBS-ESF Gabriel Paes-São Sebastião	Rua Benedito Sena dos Passos s/n Bairro São Sebastião
015	UBS/USF Everaldo Araújo-São João	Rua Tancredo Neves s/n, Bairro São João
016	UPA-Manoel Ferreira	Travessa Santos Dumont Nº 1325, Bairro Centro
017	USF Algodual	Rua Berindo Pinheiro Nº 530, Bairro Algodual
018	USF Dr. Jair Nery	Rua Pedro Pinheiro Paes s/n, Bairro Centro
019	UBS/USF DR. João Miranda	PA 151, Trevo da Colônia Velha, Bairro Colônia Velha



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

020	UBS Jarumã	Rodovia PA 409, Estrada de Beja, Bairro Jarumã
021	UBS/USF Ramal do Médio Itacuruça	Ramal Médio Itacuruça, PA 151 estrada Ig. Miri
022	USF Antônio sobrinho-Colônia Nova	PA 151 Km 03 Colônia Nova, Estrada Alça Viária
023	USF Murutinga	Ramal do Murutinga, PA 151 estrada Ig. Miri
024	USF Pontilhão	PA 151 estrada para Ig. Miri, Bairro Pontilhão
025	USF Vila de Beja	Travessa Gov. Jader Barbalho s/n, Distrito de Vila de Beja
026	UBS Rio Maracapucú - Sagrado	Rio Maracapucú, Comunidade Sagrado Coração de Jesus
027	UBS Orlandina Corrêa dos Santos-Rio Paruru	Rio Paruru, Comunidade Paruru
028	UBS Laurival de Souza Azevedo-Capim	Rio Capim, Comunidade Ilha do Capim
029	USF Arumanduba	Rio Arumanduba, Comunidade Arumanduba
030	UBS Rio Tucumanduba	Rio Comunidade Tucumanduba
031	UBS Rio Anequara	Rio Anequara, Comunidade Anequara
032	Centro de Atenção Psicossocial II - CAPS II	Rua Magno de Araújo N° 2306, Bairro São Lourenço
033	Sede da Vigilância Sanitária	Rua Lauro Sodré s/n, Bairro Centro
034	Sede da Vigilância Saúde	Rua Lauro Sodré s/n, Bairro Centro
035	Sede da SAMU 192	Travessa José Gonçalves Chaves N° 1426, Bairro São Lourenço
036	Centro de Referência Saúde Mental da Criança e do Adolescente- Brincando de Miriti	Rodovia PA S/N, Km 01- estrada de Beja, Bairro Mutirão
037	UBS/USF Santa Clara	Rua: Ayrton Sena, S/N Prox. Cheche, Bairro: Santa Clara
038	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL I (CAPS I)	Rodovia PA 409, Km 01 estrada de Beja, Bairro Mutirão, S/N
039	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL III (CAPS III)	Rodovia Dr. João Miranda, Bairro Bosque, S/N
040	UNIDADE BASICA DE SAÚDE SÃO LOURENÇO	Passagem 15 de Novembro, s/n, são Lourenço
041	UBS/USF URUBUEUA	Rio Urubeua Cabaceira. S/N
042	UBS CAETE	Rodovia alça viária- km 68 Quilombo do Caeté

7 – DA GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6, XXIII, f, da Lei 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências da sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).

7.3. A comunicação entre Contratante e Contratada ocorrerá por meio telefônico, e-mail ou de reunião ordinária a ser definida em acordo com o fornecimento do objeto, ou em caso excepcional, através de reunião extraordinária, marcada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

7.4. Da Fiscalização:

7.4.1 A execução, fiscalização e acompanhamento do(s) futuro(s) contrato(s), decorrentes desta licitação, deverá ser realizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, sendo este o servidor **JOSIVALDO CORDEIRO DA SILVA** - MATRICULA N° 009641, CPF nº 604.407.322-04, indicado (a) como futuro Fiscal Técnico do Contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.5. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º).

7.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

7.7. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 3º).

7.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 121).

7.11. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, § 1º).

7.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.13. A SESMAB poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.15. Da Fiscalização Técnica

7.15.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

7.15.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei 14.133, de 2021, art. 117, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

7.15.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

7.15.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou medida que ultrapassem sua competência, para que



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.15.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22 V).

7.15.6. O fiscal técnico do contrato deve comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à reovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22 VII).

7.16. Gestor do Contrato:

7.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21 IV).

7.16.1. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho da despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21 III).

7.16.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21 II).

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório de avaliação realizada pelo fiscal de contratos, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com a menção ao seu desempenho na execução contratual, baseando nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246 de 2022, art. VIII).

7.17.1. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei 14.133 de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21 X).

7.18. O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art 22, VI).

8 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, g, da Lei 14.133/21)

8.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

8.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

8.3. A contratada deverá apresentar nota fiscal em até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contagem ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, conforme prevê o inciso I do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.4. O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, em qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a resolução da causa ensejadora do impedimento.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada se a mesma não estiver em dias com suas regularidades fiscais e trabalhista, devendo apresentar juntamente com a faturas as certidões negativas relativas aos Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas e FGTS, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento, conforme disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77 de 2022.

9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, h, da Lei 14.133/21)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Lote único.

9.2. Da habilitação:

9.2.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.

9.2.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão as previstas no edital.

9.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, no que couber, serão:

9.3.1. Apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel que identifique o(s) mesmo(s), assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome e cargo, que comprove que a empresa licitante forneceu/ou fornece itens em quantidades e características ao objeto desta licitação. Não serão considerados atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, entendendo-se estas como aquelas que sejam controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que possa ao menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio desta. E também não serão admitidos atestados emitidos pelo próprio licitante em seu nome.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.3.2. O quantitativo deverá ser de pelo menos 50% (cinquenta por cento) “da aquisição pretendida”, ou seja, esse quantitativo deve se referir ao “somatório” de **TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ARREMATAR**, desde que sejam pertinentes e compatíveis com o solicitado conforme artigo 67, § 2º da Lei 14.133/21.

9.3.3. Em não constando todas as informações no atestado, é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência editalícias.

9.3.4. Licenciamento ambiental dos órgãos competentes para operação de tratamento de resíduos de serviços de saúde, dentro do prazo de validade.

9.3.5. Licença e autorização ambiental para a disposição final dos resíduos tratados dentro do prazo de validade.

9.3.6. Apresentação de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA de acordo com a Lei nº 6.938/81 e Instrução Normativa do IBAMA nº 6/2013.

10.5.8. Licença de Operação Ambiental (Municipal e/ou Estadual).

10.5.9. Registro ou inscrição na entidade profissional competente: Certificado do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), comprovando a inscrição do Engenheiro Responsável Técnico da empresa, Pessoa Física.

10.5.10. Registro da Empresa junto ao CREA, Pessoa Jurídica.

10.5.11. Comprovação do vínculo do Responsável Técnico.

10.5.12. Comprovação de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

10.5.13. Licença de Operação para Incineração de Substancias e Produtos Perigosos.

10.5.14. Licença de Operação para Transporte de Resíduos de Serviço de Saúde.

10.5.15. Alvará de Policia Civil (coleta, transporte e destruição de produtos controlados).

10.5.16. Certificado de Registro do Exército (transporte e destruição de produtos controlados).

10.5.17. Certificado de Licença de Funcionamento da Policia Federal (transporte de produtos controlados).

10.5.18. Apólice de Seguro Ambiental.

10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, i, da Lei 14.133/21)

10.1. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 1.954.150,00** (um milhão novecentos e cinquenta e quatro mil cento e cinquenta reais), conforme memória de cálculo do Mapa Comparativo de Preços, constante nos autos deste processo administrativo.

10.2. O custo unitário estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio dos lances em observância ao Art. 18 § 1º, inciso VI e Art. 24 da Lei Federal 14.133/21.

10.3. A depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

possível do valor de referência da administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da administração pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa no certame.

10.4. Em caso de Licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações (Art. 25 do Decreto 11.462 de 2023):

- I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos dispostos na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021;
- II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributo ou encargos legais ou superveniente de disposição legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.4. O orçamento estimado foi obtido através da média das propostas de preços obtidas pelo preço praticado por outros órgãos públicos e/ou painel de compra públicas conforme demonstrado no Quadro Comparativo de Pesquisa de Mercado, conforme planilha abaixo relacionada:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras. Id: 11797106000184-1-000007/2025 V. UNITÁRIO	Ministério da Defesa – Comando da Exército. Id: 90052025 – UASG: 160018 V. UNITÁRIO	Ministério da Defesa – Comando da Exército. Id: 900452024 – UASG: 160171 V. UNITÁRIO	PREÇO MÉDIO OBTIDO (R\$) V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL (QTDE X PREÇO MÉDIO) V. TOTAL
001	COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE, DA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. A EMPRESA DEVERÁ PRESTAR O SERVIÇO DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES (GRUPO A1, A4 e E) E RESÍDUOS PERIGOSOS (GRUPO B) E QUÍMICOS. CONTENPLANDO O FORNECIMENTO EM COMODATO DE RECIPIENTES ADEQUADOS PARA ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS, A SEREM SUBSTITUÍDOS EM CADA COLETA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. COMPLEMENTO: DESCRIÇÃO DOS RECIPIENTES: - Contêineres plásticos de polietileno (PEAD) ou Polipropileno (PP), com rodas de borracha e tampas, com capacidade de 1.000 litros. - Bombonas 100% Plásticas, em polietileno (PEAD), com capacidade de 100 litros, com tampa, boca larga e alças, homologada, conforme padrões UN.	KG	85.000	R\$ 24,29	R\$ 22,70	R\$ 21,97	R\$ 22,99	R\$ 1.954.150,00
VALOR GLOBAL DA LICITAÇÃO				R\$ 1.954.150,00 (um milhão novecentos e cinquenta e quatro mil cento e cinquenta reais)				

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, j, da Lei 14.133/21)

11.1. As despesas decorrentes deste certame correrão à conta de recursos específicos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

consignados no Orçamento Municipal.

11.2. Nas contratações decorrentes do Sistema Registro de Preços, as despesas para aquisição do objeto correrão à conta dos recusos orçamentários indicados conforme disponibilidade informada pelo Setor Contábil, mediante prévia consulta, oportunidade no momento da geração de instrumento contratual.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A empresa que se recusar a executar o fornecimento do objeto contratual, ou realizá-los em discordância com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, motivará a rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas nos artigos 156 ao 163 da Lei 14.133/21, cabendo defesa prévia, recurso e vistas do processo, nos termos da mesma lei.

13 - DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.

13.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será registrado por apostilamento.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As normas que disciplinam este termo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade da contratação.

14.2. A prestação dos serviços deverá atender as especificações conforme este termo. Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das normas permitidas por lei.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.3. Consta nos autos ETP, consoante Art. 14 da IN SEGES nº 58/2022.

14.4. Fica estabelecido o Foro do Abaetetuba/PA, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das avenças.

15 - DOS APÊNDICES

15.1. O presente Termo de Referência está composto dos seguintes anexos e apêndices, partes integrantes e indivisíveis:

- I. Apêndice I: Documento de Formalização de Demanda – DFD;
- II. Apêndice II: Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es) ETP;
- III. Apêndice III: Matriz de Risco;

Abaetetuba/PA, 24 de dezembro de 2025.

Tatiana Vilaça Rodrigues

TATIANA VILAÇA RODRIGUES
Unidade de Pronto Atendimento-UPA
Portaria nº 003/2025 - SESMAB

Alan Machado de Almeida

ALAN MACHADO DE ALMEIDA
Departamento de Atenção Básica em Saúde
001/2025 - SESMAB

Wendel Tarcísio Silva Gomes
Chefe de Depto. de Vigilância em
Saúde - DEVIS
Portaria nº 008/2025 - RH/SESMAB

Wendel Tarcísio Silva Gomes

WENDEL TARCÍSIO SILVA GOMES
Departamento de Vigilância em Saúde
Portaria nº 008/2025 - SESMAB

Marilson da Costa Maciel

MARILSON DA COSTA MACIEL
Coordenador da Saúde Bucal
Portaria nº 021/2025 - SESMAB

Marilson da Costa Maciel
Coordenador Municipal de
Saúde Bucal
Portaria nº 021/2025

De acordo:

RAIMUNDA ROSA
RODRIGUES CARVALHO
VOUZELA:18969003215

Assinado de forma digital por
RAIMUNDA ROSA RODRIGUES
CARVALHO VOUZELA:18969003215
Dados: 2025.12.24 09:40:08 -03'00'

RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO
Secretária Municipal de Saúde Abaetetuba
Portaria nº 002/2025-GP



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E COMPOSIÇÃO DO LOTE

LOTE ÚNICO – SERVIÇO DE COLETA E MATERIAIS EM COMODATO				
Nº	DISCRIMIZAÇÃO		UNID	QUANTIDADE TOTAL
01	COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE, DA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. A EMPRESA DEVERÁ PRESTAR O SERVIÇO DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES (GRUPO A1, A4 e E) E RESÍDUOS PERIGOSOS (GRUPO B) E QUÍMICOS. CONTENPLANDO O FORNECIMENTO EM COMODATO DE RECIPIENTES ADEQUADOS PARA ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS, A SEREM SUBSTITUÍDOS EM CADA COLETA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. COMPLEMENTO: DESCRIÇÃO DOS RECIPIENTES: - Contêineres plásticos de polietileno (PEAD) ou Polipropileno (PP), com rodas de borracha e tampas, com capacidade de 1.000 litros. - Bombonas 100% Plásticas, em polietileno (PEAD), com capacidade de 100 litros, com tampa, boca larga e alças, homologada, conforme padrões UN.		KG	85.000
APÊNDICE - DESCRIÇÃO E QUANTIDADES DOS RECIPIENTES PARA COLETA				
Nº	QUANT	UNID.	MODO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
02	12	UNID	COMODATO	CONTÊINERES PLÁSTICOS DE POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), COM RODAS DE BORRACHA E TAMPAS, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS
03	37	UNID	COMODATO	BOMBONAS 100% PLÁSTICOS (PEAD) COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, COM TAMPA, BOCA LARGA E ALÇAS REMOVÍVEIS, HOMOLOGADAS, CONFORME PADRÕES UN.



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II – CRONOGRAMA - POSTOS DE COLETA – UNIDADES GERADORAS DE RSS

Importante: Unidades geradoras poderão ser substituídas, excluídas, ter dados alterados, bem como novas poderão ser incluídas, conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba/PA

ÍNDICE	UNIDADES DE SAÚDE	Endereço	Quantidade de dias por semana vai ser recolhido as bombonas/contener com lixo	Quantidade de bombonas/contener devem ser deixada pela empresa em cada unidade dessas	Dias de coleta
1	Centro de Atenção Psicossocial AD-CAPS AD	Rodovia PA 409, Km 01 estrada de Beja, Bairro Mutirão	1	1 x 100L	A combinar com a administração
2	Centro de Especialidades Odontológicas-CEO	Rua Pedro Pinheiro Paes s/n, Bairro Centro	1	1 x 100L	A combinar com a administração
3	Centro de Saúde Dr. Roberto Contente	Avenida Barrão do Rio Branco Nº s/n, Bairro Centro	1	1 x 1.000L	A combinar com a administração
4	Centro de Saúde Heraldo Pantoja	Travessa Manoel de abreu, Bairro Cristo Redentor	1	1 x 1.000L	A combinar com a administração
5	Centro de Saúde Francilândia	Avenida Acre s/n, Bairro Francilândia	1	1 x 100L	A combinar com a administração



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6	Centro de Testagem e Aconselhamento-CTA	Rua Padre Pimentel, Nº 264, Esq. Com Jetulio Vargas. Bairro Algodual	1	1 x 100L	A combinar com a administração
7	UBS Maria Eunice Carvalho	Tv. Altino Costa, nº 1457, Bairro Santa Rosa	1	1x 100L	A combinar com a administração
8	HMSB-Hospital São Bento	Avenida Dom Pedro II Nº 1538, Bairro Centro	1	3 x 1.000L	A combinar com a administração
9	UBS/USF Acendendo as Luzes-Avição	2ª Rua do Campo da Aviação s/n, bairro Aviação	1	1 x 100L	A combinar com a administração
10	UBS/USF Ary Lobato-Chicolandia	Rua Manoel Pedro Ferreira s/n, bairro Algodual	1	1 x 100L	A combinar com a administração
11	UBS Fluvial Augusto Nery	Rio Marataúira Frente da Cidade no Cruzeiro, Bairro Centro	1	1 x 100L	A combinar com a administração
12	UBS/USF José Eder-Angélica	Travessa Manoel da Cruz s/n, Bairro Angélica	1	1 x 100L	A combinar com a administração
13	UBS/USF Osvaldo Ribeiro-Mutirão	Travessa Francisco Nobre s/n, Bairro Mutirão	1	1 x 100L	A combinar com a administração
14	UBS-ESF Gabriel Paes-São Sebastião	Rua Benedito Sena dos Passos s/n Bairro São Sebastião	1	1 x 100L	A combinar com a administração



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

15	UBS/USF Everaldo Araújo-São João	Rua Tancredo Neves s/n, Bairro São João	1	1 x 100L	A combinar com a administração
16	UPA-Manoel Ferreira	Travessa Santos Dumont Nº 1325, Bairro Centro	1	5 x 1.000L	A combinar com a administração
17	USF Algodual	Rua Berindo Pinheiro Nº 530, Bairro Algodual	1	1 x 100L	A combinar com a administração
18	USF Dr. Jair Nery	Rua Pedro Pinheiro Paes s/n, Bairro Centro	1	1 x 1.000L	A combinar com a administração
19	UBS/USF DR. João Miranda	PA 151, Trevo da Colônia Velha, Bairro Colônia Velha	1	1 x 100L	A combinar com a administração
20	UBS Jarumã	Rodovia PA 409, Estrada de Beja, Bairro Jarumã	1	1 x 100L	A combinar com a administração
21	UBS/USF Ramal do Médio Itacuruça	Ramal Médio Itacuruça, PA 151 estrada lg. Miri	1	1 x 100L	A combinar com a administração
22	USF Antônia sobrinho-Colônia Nova	PA 151 Km 03 Colônia Nova, Estrada Alça Viária	1	1 x 100L	A combinar com a administração
23	USF Murutinga	Ramal do Murutinga, PA 151 estrada lg. Miri	1	1 x 100L	A combinar com a administração



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

24	USF Pontilhão	PA 151 estrada para Ig. Miri, Bairro Pontilhão	1	1 x 100L	A combinar com a administração
25	USF Vila de Beja	Travessa Gov. Jader Barbalho s/n, Distrito de Vila de Beja	1	1 x 1.000L 1 x 100L	A combinar com a administração
26	UBS Rio Maracapucú- Sagrado	Rio Maracapucú, Comunidade Sagrado Coração de Jesus	1	1 x 100L	A combinar com a administração
27	UBS Orlandina Corrêa dos Santos-Rio Paruru	Rio Paruru, Comunidade Paruru	1	1 x 100L	A combinar com a administração
28	UBS Laurival de Souza Azevedo-Capim	Rio Capim, Comunidade Ilha do Capim	1	1 x 100L	A combinar com a administração
29	USF Arumanduba	Rio Arumanduba, Comunidade Arumanduba	1	1 x 100L	A combinar com a administração
30	UBS Rio Tucumanduba	Rio Comunidade Tucumanduba	1	1 x 100L	A combinar com a administração
31	UBS Rio Anequara	Rio Anequara, Comunidade Anequara	1	1 x 100L	A combinar com a administração
32	Centro de Atenção Psicossocial II - CAPS II	Rua Magno de Araújo Nº 2306, Bairro São Lourenço	1	1 X 100L	A combinar com a administração



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAEETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

33	Vigilância Sanitária	Rua Lauro Sodré s/n, Bairro Centro	1	1 x 100L	A combinar com a administração
34	Vigilância Saúde	Rua Lauro Sodré s/n, Bairro Centro	1	1 x 100L	A combinar com a administração
35	SAMU 192	Travessa José Gonçalves Chaves Nº 1426, Bairro São Lourenço	1	1 x 100L	A combinar com a administração
36	Centro de Referência Saúde Mental da Criança e do Adolescente- Brincando de Miriti	Rodovia PA S/N, Km 01 estrada de Beja, Bairro Mutirão	1	1 x 100L	A combinar com a administração
37	UBS/USF Santa Clara	Rua: Ayrton Sena, S/N Prox. Cheche, Bairro: Santa Clara	1	1 x 100L	A combinar com a administração
38	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL I (CAPS i)	Rodovia PA 409, Km 01 estrada de Beja, Bairro Mutirão, S/N	1	1x 100L	A combinar com a administração
39	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL III (CAPS III)	Rodovia Dr. João Miranda, Bairro Bosque, S/N	1	1x 100L	A combinar com a administração
40	UNIDADE BASICA DE SAÚDE SÃO LOURENÇO	Passagem 15 de Novembro, s/n, são Lourenço	1	1 x 100L	A combinar com a administração
41	UBS/USF URUBUEUA	Rio Urubeua Cabaceira. S/N	1	1 x 100L	A combinar com a administração



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

42	UBS CAETÉ	Rodovia alça viária- km 68 Quilombo do Caeté	1	1 X 100L	A combinar com a administração
----	-----------	---	---	----------	--------------------------------------



Rua Barão do Rio Branco, 1232, Bairro: Centro, Abaetetuba PA, CEP 68440-000

E-mail: sesmab@abaetetuba.pa.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ABAETETUBA
Cidade do Amanhecer, Pará, Brasil



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS

Processo Administrativo Nº 2026/0119-001-SESMAB

Data de Abertura: 20/02/2026 às 09:00

A
Prefeitura Municipal de Abaetetuba-Pá
Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá
Setor Pregões

Prezado Sr. Pregoeiro:

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, propõe à Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá, a entrega dos serviços abaixo indicados, conforme Termo de Referência e anexo I do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					

Valor total da proposta R\$ 00,00 (-----)

b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na realização dos serviços desta Licitação.

c) O prazo de entrega dos serviços é de _____ (_____) a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento.

d) A entrega do objeto será feita nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá, mediante a apresentação da solicitação/ordem de fornecimento, sem nenhum ônus para essa Prefeitura Municipal de Abaetetuba e Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá.

e) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de _____ dias).

f) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho/ordem de compra no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

g) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente)

h) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

Nome e Cargo do Representante da Empresa
RG nº

PE Nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2026-SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS

Aos dia(s) do mês dede dois mil e vinte e seis, o Município de Abaetetuba, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada, no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS, RESOLVE: realizar o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de coleta externa, transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos infectantes, resíduos perigosos e resíduos químicos gerados pela rede pública hospitalar e ambulatorial e demais unidades acopladas a rede municipal de saúde de Abaetetuba/PA., tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado..

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES, RESÍDUOS PERIGOSOS E RESÍDUOS QUÍMICOS GERADOS PELA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL E DEMAIS UNIDADES ACOPLADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA/PA.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de 12 meses e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade Resolução TCM-PA nº 17.345/2025. A renovação dos quantitativos da ARP dependerá de estudo de viabilidade a ser realizado pelo Município de Abaetetuba, através do setor de pesquisa de preços da Secretaria Municipal de Saúde.

2.1.1. O Contrato Administrativo vigorará por 12 (doze) meses e deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, responsabilizando-se pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O instrumento contratual oriundo da ata de registro de preços, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

2.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1. Aceitarem cotar os produtos, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

2.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

2.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5. O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no mural tcm, pncp, licitanet e portal transparência, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

2.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Municipal que não participaram do procedimento de licitação poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

Dos limites para as adesões

3.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

4.1. As entregas serão parceladas, mediante a emissão de ordem de serviço/fornecimento pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá;

4.1.1. Após a Ordem de Serviço e Nota de Empenho ter sido recebida pela Contratada, os serviços quando solicitados pelo órgão solicitante, deverão ser prestados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação dos serviços, salvo em condições emergenciais nas quais deverão ser realizados de imediato, dentro do horário de expediente, entre 08h e 12h, e 14h e 18h, obedecendo as especificações exigidas neste documento;

4.1.2. Demais exigência do ETP e TR.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta dias), a contar da liquidação da despesa, nos termos do inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.2. A Contratada deverá apresentar nota fiscal em até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contagem do prazo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, conforme prevê o inciso I do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.3. A Administração Municipal reserva-se o direito de recusar a liquidação da nota fiscal se, no ato da atestação, o objeto fornecido não estiver em perfeitas condições de consumo, quando for o caso, ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

5.5. O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. A contratada deverá efetuar os serviços, conforme disposições deste Termo de Referência e do Instrumento Contratual.

6.2. Da Solicitação do serviço.

6.2.1. O objeto será solicitado de forma parcelada conforme a necessidade do órgão solicitante, mediante a emissão de requisição/solicitação e da nota de empenho devidamente assinada, com a identificação do respectivo servidor público municipal competente, indicado pelo gestor da pasta.

6.2.2. A contratada deverá executar o objeto no local determinado pelo órgão solicitante, no qual os preços cotados deverão estar inclusos os custos com material, transporte, garantias e quaisquer outras despesas para a execução do objeto.

6.2.3. A contratada deverá apresentar relatório dos serviços, juntamente com as Notas fiscais correspondentes, informando, discriminadamente: Locais, datas do início e término dos serviços prestados, a fim de possibilitar o atesto pela Secretaria.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

6.2.4. Para o seu recebimento, o agente fiscal verificará a qualidade e especificação dos serviços executados em consonância com a proposta ofertada, realizará a conferência do documento fiscal e atestará o recebimento em seu verso.

6.2.5. Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.

6.2.6. Os serviços realizados referentes ao objeto deverão ter a garantia mínima de 03 (três) meses, ficando a contratada responsável por adotar as medidas corretivas, casos seja necessário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação emitida pela SESMAB.

6.2.7. O serviço deverá ser previamente agendado junto ao órgão solicitante ou servidor por ela designado, ficando todos os encargos referentes ao deslocamento e transporte sob a responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação pertinente (Lei nº 14.133).

7.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas na ata de registro de preços, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

8.2. O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

8.3. O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

8.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

8.5. Na hipótese de a DETENTORA DA ATA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

8.6. Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, “d”, da Lei n. 14.133/2021.

8.7. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante.

9.2. Os serviços deverão ser de qualidade, deverão ser executados e entregues em conformidade ao estabelecido na minuta contratual, acompanhados das respectivas notas fiscais;

9.3. Serão recebidos da seguinte forma:

9.3.1. Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.

9.3.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos serviços e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

10.1. No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a DETENTORA DA ATA às sanções administrativas pertinentes.

10.2. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

10.2.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

10.2.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços.

10.2.3. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.2.4. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado ou sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.2.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do art. 156 da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 será formalizado por despacho fundamentado.

10.3. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

-
- 10.3.1. Por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado.
- 10.3.2. A pedido do fornecedor.
- 10.3.3. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
- 10.3.4. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- 10.3.5. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- 10.3.6. Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 10.3.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 11.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 11.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 11.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 11.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 11.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 11.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

11.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no edital, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, registrados, nas seguintes situações:

12.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

12.4.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

13.1. Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, signatária da presente Ata de Registro de Preços, constam do **Encarte em anexo – gerado pelo sistema licitanet**, que se constitui em anexo à presente Ata de Registro de Preços.

13.2. Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

14.1. A empresa fornecedora compromete-se a cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das constantes no edital e do Contrato:
- 15.2. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a efetiva entrega dos serviços, além da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 15.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do fiscal especialmente designado, de acordo com a Lei 14.133/21 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.
- 16.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).
- 16.3. As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Breves, com exclusão de qualquer outro. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Abaetetuba - PA, de de 2026

GERENCIADORA DA ARP

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ(MF) 12.282.048/0001-19
CONTRATANTE**

.....
CNPJ nº.....
DENTENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Anexo: listagem itens Licitanet

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SSMAB
Gabinete Secretaria

ANEXO VII

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na na Barão do Rio Branco - 1232- Centro- Cep: 68440-000 - /PA, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 12.282.048/0001-19, representado pela Sra. RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, portadora do CPF nº 189.690.032-15, residente e domiciliada na Avenida Pedro Rodrigues, nº 460 - Centro- Abaetetuba/PA, e de outro lado a firma:, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº, estabelecida à, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a)....., residente no(a), portador do(a) CPF....., tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2026-SSMAB/FMS, e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 14.133/21, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS INFECTANTES, RESÍDUOS PERIGOSOS E RESÍDUOS QUÍMICOS GERADOS PELA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL E DEMAIS UNIDADES ACOPLADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA/PA.**

1.2. Itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA MODELO	UNIDADE	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					
	total					

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor deste contrato, é de R\$(.....).

2.2. Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços constante da proposta apresentada pela CONTRATADA no Pregão PE 011/2026 são meramente estimativos, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3.1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico nº 0112026-SSMAB/FMS, realizado com fundamento na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e nas demais normas vigentes.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1.** Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº 2026/0119-001-SESMAB e neste termo contratual;
- 4.2.** Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.
- 4.2.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.
- 4.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 4.5.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº/2026-SESMAB/FMS.
- 4.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos produtos/serviços, os seguintes documentos:
- 4.7.1** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.7.2** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.7.3** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4.7.4** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 4.7.5** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 4.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- 4.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com os produtos/serviços.
- 4.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- 4.11.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- 4.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos produtos/serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.14.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 4.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 4.18.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 4.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 4.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 4.22.** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1.** A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
- 5.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta
- 5.3.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.4.** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 5.5.** Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.
- 5.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA.
- 5.7.** Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- 5.7.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos produtos/serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 5.7.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 5.7.3.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 5.7.4.** Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.7.5.** Fornecer por escrito as informações necessárias para a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato;
- 5.7.6.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos produtos/serviços, após seu recebimento;
- 5.8.** Aplicar à CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 5.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 5.10.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 5.11.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 5.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.13.** Fica designado o servidor Sr. **JOSIVALDO CORDEIRO DA SILVA**, Matrícula nº 009641, portador do RG nº XXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXXXX, para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.
- 5.14.** Demais exigências constantes do item 7.4 do TR.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- 6.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por interesse das partes, até o limite de 5 (cinco) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente:
- 6.1.1.** Esteja formalmente demonstrado que a forma de execução do contrato e sua natureza;
- 6.1.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os produtos/serviços tenham sido fornecidos regularmente;
- 6.1.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na execução do objeto;
- 6.1.4.** Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 6.1.5.** Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- 6.1.6.** Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

8.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos produtos/serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

8.2.1. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no item 21 do Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

8.2.1. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

8.3. Multa:

8.3.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.3.1. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

8.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

8.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

8.8. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

8.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR E PAGAMENTO

9.1. O valor total da presente avença é de R\$ xxxxxxxx (valor por extenso).

9.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.3. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

9.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

9.5. O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

- 9.6.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a resolução da causa ensejadora do impedimento;
- 9.7.** Nenhum pagamento será efetuado a Empresa Contratada se a mesma não estiver em dias com suas regularidades fiscal e trabalhista.
- 9.8.** O pagamento será realizado por meio de ordem de pagamento, na agência e conta corrente indicados pelo contratado, nas condições estabelecidas a seguir:
- 9.9.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, atestar a execução do objeto do contrato.
- 9.10.** Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, poderá aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.
- 9.11.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
- 9.12.** Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 9.13.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.13.1.** O prazo de validade;
 - 9.13.2.** A data da emissão;
 - 9.13.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 9.13.4.** O período respectivo de execução do contrato;
 - 9.13.5.** O valor a pagar; e
 - 9.13.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.14.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 9.15.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.16.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:
- 9.16.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - 9.16.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.17.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.18.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.19. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.22. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.2. Após o interregno de um ano, a pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.5. Caso o IPCA venha a ser extinto) ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.7. O reajuste será registrado por apostilamento.

10.8. Demais exigências do item 14 do TR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa com o fornecimento dos serviços de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2026.

Órgão: 1502 - Fundo Municipal de Saúde de Abaetetuba:

.....
.....
.....
.....
.....

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

14.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de ABAETETUBA, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

ABAETETUBA - PA, de de 2026

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ(MF) 12.282.048/0001-19
CONTRATANTE**

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

.....
CNPJ

CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____
2. _____

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

ANEXO VII

MODELO GERAL DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS

Processo Administrativo Nº 2026/0119-001-SESMAB

Data de Abertura: 20/02/2026 às 09:00

A

Prefeitura Municipal de Abaetetuba-Pá
Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá

A

empresa....., inscrita no
com, endereço....., inscrita no
CNPJ sob o nº....., **Declara**, para fins do
disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega
menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor
de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz,
nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo
legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem
prejuízo das sanções penais cabíveis.

Nome e Cargo do Representante da Empresa
RG nº

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

DECLARAÇÃO DE SÓCIOS E GERENTES NÃO SERV. PÚBLICOS MUNICIPAIS

Pregão Eletrônico nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS

Processo Administrativo Nº 2026/0119-001-SESMAB

Data de Abertura: 20/02/2026 às 09:00

A

Prefeitura Municipal de Abaetetuba-Pá
Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá

Prezados Senhores,

Declaramos, sob pena da lei que entre os dirigentes, gerentes e responsáveis técnicos da empresa, não há nenhum servidor da Prefeitura Municipal de Abaetetuba – PA e nenhum que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do certame.

Declaramos ainda a inexistência, no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Abaetetuba – PA, nos cargos de direção e chefia ou no exercício de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

Atenciosamente,

Local e data.

Nome e Cargo do Representante da Empresa
RG nº

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

DECLARAÇÃO
TERMO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA A PRESTAÇÃO
DOS SERVIÇOS

Pregão Eletrônico nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS

Processo Administrativo Nº 2026/0119-001-SESMAB

Data de Abertura: 20/02/2026 às 09:00

A
Prefeitura Municipal de Abaetetuba-Pá
Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá

A empresa:.....
com endereço....., inscrita no
CNPJ sob o nº....., representada pelo Sr.
.....RG.....CPF..... endereço.....
função na empresa:

DECLARO ter conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços constantes do Edital e seus anexos, dispensando a necessidade da vistoria prevista no Edital do Pregão Eletrônico no xx/2026, conforme anexo II do TR – cronograma - postos de coleta – unidades geradoras de rss. Sendo que se julgar necessário poderá ser solicitado comprovação de conhecimento dos locais.

DECLARO ainda ter conhecimento de que anão admitirá declarações posteriores de desconhecimento de fatos e aspectos que dificultem ou impossibilitem a realização do objeto da licitação. Qualquer atividade ou medida extraordinária não especificada, mas necessária à execução do objeto contratado, correrá por minha conta e responsabilidade, sem ônus à Secretaria Municipal de Saúde-FMS e Prefeitura Municipal de Abaetetuba-Pá.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Atenciosamente,

Local e data.

Nome e Cargo do Representante da Empresa
RG nº

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

ANEXO VIII

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PROPOSTAS

A

Prefeitura Municipal de Abaetetuba-Pá
Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pá
Comissão de contratação – Pregoeiro e equipe de apoio

Pregão Eletrônico nº 011/2026-CC/SESMAB/FMS
Processo Administrativo Nº 2026/0119-001-SESMAB
Data de Abertura: 20/02/2026 às 09:00

Apresentamos nossa PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS referente ao Pregão Eletrônico Nº 011/2026, em conformidade ao item 6.10. do TR que estabelece (os preços propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, logísticos, administrativos, ambientais, seguros, manutenção dos equipamentos e veículos, combustíveis, tratamento e destinação final dos resíduos, entre outros necessários à execução completa dos serviços, não cabendo qualquer adicional futuro sob alegação de omissão. Conforme planilha abaixo:

1. Veículos e equipamentos:					
			QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1.1	Veículo - (para transporte e destino final).	unid.			
1.2	Veículo - (coletor de resíduos hospitalar (capacidade 04 toneladas, baú de 40 m³)	unid.			
1.3	Empilhadeira	unid.			
1.4	Unidade de tratamento	unid.			
1.5	Motocicleta	unid.			
"outros se houver".....				
TOTAL DESPESA COM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS					R\$ 0,00

2. Mão de obra:					
			QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
2.1	Coletor	unid.			
2.2	Motorista	unid.			
2.3	Ajudante	unid.			
2.4	Fiscal	unid.			
2.5	Operador - "de unidade de tratamento"	unid.			
2.6	Encarregado	unid.			
2.7	Operador empilhadeira	unid.			
"outros se houver".....				
TOTAL DESPESA COM MÃO DE OBRAS					R\$ 0,00

3. Ferramentas e Materiais:					
			QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
3.1	Contêineres plásticos de polietileno (PEAD) ou Polipropileno (PP), com rodas de borracha e tampas, com capacidade de 1.000 litros	unid.	12		

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

3.2	Bombonas 100% Plásticas, em polietileno (PEAD), com capacidade de 100 litros, com tampa, boca larga e alças, homologada, conforme padrões UN.	unid.	37		
3.3	Sacos plásticos..... na cor branca (para container e bombonas, porporcional e seus tamanhos)	unid.			
"outros se houver".....				
TOTAL DESPESA COM DESLOCAMENTO					R\$ 0,00

4. Uniformes e Epi's:					
			QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
4.1	Máscara semifacial	unid.			
4.2	Calça de brim	unid.			
4.3	Camisa manga longa	unid.			
4.4	Luva de pvc cano longo	unid.			
4.5	Camisa manga curta	unid.			
4.6	Calçado de segurança	unid.			
4.7	Bota de borracha	unid.			
4.8	Bone tipo jockey	unid.			
4.9	Avental pvc impermeável	unid.			
4.10	Óculos de segurança	unid.			
4.11	Óculos de segurança	unid.			
4.12	Máscara semifacial	unid.			
4.13	Óculos de segurança	unid.			
4.14	Máscara semifacial	unid.			
"outros se houver".....				
TOTAL DESPESA COM UNIFORMES E EPI'S					R\$ 0,00

5. BDI e Tributos:					
			QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
	Taxa de administração				
5.1	Administração Central (DA)	%			
5.2	Despesas Financeiras (DF)	%			
5.3	Risco (DF)	%			
5.4	Garantia (DA)	%			
5.5	Lucro	%			
	Impostos				
5.6	ISS: Imposto sobre serviços.	%			
5.7	PIS/COFINS: Contribuições sociais sobre o faturamento.	%			
5.8	Outros Impostos: Outras taxas e impostos pertinentes à atividade.	%			
"outros se houver".....				
TOTAL DESPESA COM IMPOSTOS E TAXAS					R\$ 0,00

6. COMPOSIÇÃO (encargos sociais e obrigações trabalhistas)					
			QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
6.1	INSS	%			
6.2	FGTS	%			
6.3	SESI/SESC	%			
6.4	SENAI/SENAC	%			
6.5	INCRA	%			
6.6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	%			
6.7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	%			

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
Gabinete Secretaria

6.8	SEBRAE	%			
6.9	CUSTO DAS SUBSTITUIÇÕES	%			
6.10	FÉRIAS + 1/3 FÉRIAS	%			
6.11	13º SALÁRIO	%			
6.12	AUXILIO ENFERMIDADES	%			
6.13	FÉRIAS DIAS NÃO TRABALHADO	%			
6.14	LICENÇA PATERNIDADE	%			
6.15	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	%			
6.16	AVISO PREVIO TRABALHADO	%			
6.17	ACIDENTE DE TRABALHO	%			
6.18	FALTAS JUSTIFICADAS	%			
6.19	CUSTOS DAS INDENIZAÇÕES	%			
6.20	PROVISÃO PARA RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	%			
6.21	AVISO PREVIO INDENIZADO	%			
6.22	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	%			
6.23	REINCIDÊNCIAS	%			
"outros se houver".....				
TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS					R\$ 0,00

7. Margem de Lucro:					
			QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
7.1	Porcentagem de Lucro: Definir a margem de lucro desejada sobre o custo total do serviço.	%			
TOTAL MARGEM DE LUCRO					R\$ 0,00

....., de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

Nome e Cargo do Representante da Empresa
RG nº